



Número: 35

Horta, Sexta-Feira, 29 de Novembro de 1985

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

D I Á R I O

DA ASSEMBLEIA REGIONAL

III Legislatura

II Sessão legislativa

Presidente: Deputado Reis Leite

Secretários: Deputados Jorge Cabral e Manuel Goulart

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se às 10,00 horas.

A Assembleia concluiu a **apreciação das Propostas do Plano e Orçamento da Região para 1986.**

Nos debates que antecederam a votação final, intervieram os Srs. Deputados Natalino Viveiros (PSD), Filomena Paixão (PSD), José Manuel Bettencourt (PS), David Santos (PSD), Alvarino Pinheiro (CDS), Manuel de Melo (PSD), Adelaide Teles (PSD) e Jorge Cruz (PSD).

Durante os debates intervieram também os Srs. Secretário Regional do Equipamento Social, Germano Domingos, Secretário Regional dos Assuntos Sociais, Costa Neves e o Secretário Regional da Administração Pública, António Meneses.

Produziram intervenções finais sobre as propostas em apreciação, os Srs. Deputados José Decq Mota (PCP), Alvarino Pinheiro (CDS), Conceição Bettencourt (PS), Madruga da Costa (PSD), bem como o Sr. Presidente do Governo Regional, Mota Amaral.

A proposta do Plano foi aprovada com 21 votos favoráveis do PSD e com 13 votos do PS, 2 do CDS e 1 do PCP contra. A proposta de Orçamento foi aprovada com 21 votos favoráveis do PSD, 13 abstenções do PS e 2 votos do CDS e 1 do PCP contra.

Produziram declarações de voto os Srs. Deputados José Decq Mota (PCP), Ramos Dias (CDS), Dionísio de Sousa (PS) e Jorge Cruz (PSD).

Passou-se, de seguida, à apreciação das **Propostas de Alteração do Plano e Orçamento da Região para 1985.**

Após a apresentação das referidas propostas, feita pelo Sr. Secretário Regional das Finanças, Álvaro Dâmaso, procedeu-se à votação, tendo as mesmas sido aprovadas com 19 votos do PSD, 9 do PS e 2 do CDS a favor e ainda 1 abstenção do PCP e 2 do PS.

O **pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional que altera o nº 2 do artigo 2º do Decreto Legislativo Regional nº 12/84/A**, foi aprovado por unanimidade.

Feita a apresentação da proposta pelo Sr. Secretário Regional da Administração Pública, António Meneses, seguiram-se os debates, tendo usado da palavra os Srs. Deputados Carlos Mendonça (PS), Madruga da Costa (PSD) e José Manuel Bettencourt (PS).

A proposta, que constava de um artigo único, foi aprovada por unanimidade.

Finalmente foi aprovada, também por unanimidade, uma Proposta de Resolução da Mesa da Assembleia

Regional, dando por findo o período legislativo de Novembro.

Os trabalhos terminaram às 14,45 horas.

Presidente: Srs. Deputados, pedia a vossa atenção para a chamada.

(Eram 10,00 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: **PSD** - Adelaide Teles, Alberto Romão, Álvaro Monjardino, Carlos Teixeira, David Santos, Fernando Faria, Filomena Silva, Flor de Lima, Gabriela Silva, João de Brito, Jorge Cabral, Jorge Cruz, José Simas Raposo, Mário Belo Maciel, Manuel Melo, Mário Castro, Mário Freitas, Natalino Viveiros, Reis Leite, Renato Moura; **PS** - Carlos Mendonça, Dionísio Sousa, Francisco Sousa, Ivo Soares, João Macedo, José Manuel Bettencourt, José Resendes, Manuel Goulart, Manuel Serpa, Raimundo Mesquita; **CDS** - Alvarino Pinheiro, José Ramos Dias; **PCP** - José Decq Mota).

Presidente: Estão presentes 33 Deputados. Está aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos recomeçar os nossos trabalhos. Para continuação da discussão das Propostas de Plano e Orçamento da Região para 1986, tem a palavra o Sra. Deputada Filomena Paixão.

Deputada Filomena Paixão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao apreciar o Plano para 1986, três sectores me captaram a atenção. Um deles, já foi por mim tratado, numa anterior intervenção; os outros dois, trago-os hoje a esta Tribuna. São eles: os Transportes, nomeadamente quanto a infraestruturas portuárias e o Turismo.

As verbas atribuídas ao sector dos Transportes - talvez mais do que a quaisquer outras - revelam a nossa característica de "ilhéus".

O Programa 58, referente aos Portos Comerciais, justifica-se pela necessidade de dotar a Região de infraestruturas capazes, bem como, de adaptar e conservar as já existentes. Aliás, já nos planos anteriores, havia este sector sido dotado com significativas verbas.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Desde que os destinos desta Região nos foram entregues, é incontestável o enorme esforço que o Governo Regional tem envidado para criar as necessárias estruturas portuárias, dotadas das condições de operacionalidade exigíveis.

A título de exemplo, relembraríamos:

- o melhoramento e protecção do molhe de Ponta Delgada;
- a construção dos Portos do Pico;
- a construção do Porto Comercial da Praia da Graciosa;
- a construção de estruturas para o melhor

aproveitamento do sector náutico no Porto da Horta;

- alguns melhoramentos no Porto das Velas em S. Jorge;

- o início de construção dos portos da Praia da Vitória e Vila do Porto em Santa Maria.

Quanto à melhoria da operacionalidade será talvez interessante também relembrar que em 1979 não havia porto na Região com meios capazes de movimentar contentores; e que, decorridos apenas seis anos, os portos hoje existentes, à excepção do do Corvo, estão apetrechados com os meios necessários a tais operações, possibilitando movimentações horizontais que oscilam entre as 3 e as 40 toneladas.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Um dos objectivos a atingir no sector dos Transportes Marítimos, é precisamente o da sua eficiência.

Com a extinção da CTM, ficaram a operar para a Região a Mutualista - que é uma empresa privada - e a Transinsular. Realce-se que esta última iniciou as suas operações fretando não só navios mais adequados às nossas necessidades como possuidores de maior capacidade de transporte de contentores. Dois desses navios ligam semanalmente os Portos de Lisboa/Porto/Ponta Delgada/Angra e Horta, existindo ainda um navio porta-contentores estacionado na Região que efectua ligações semanais entre Ponta Delgada/Velas/S. Jorge e o Porto da Praia na Graciosa, podendo, caso se afigure necessário, escalar os Portos de Angra e Horta.

Quanto à Mutualista esta tem presentemente 2 navios, que ligam Ponta Delgada/Angra/Horta.

E, neste momento, existem para além das já referidas, várias empresas interessadas em serem armadoras. Oxalá esta concorrência se torne benéfica para a Região! Relativamente ao apoio ao Transporte Marítimo, o Plano em apreciação prevê a dotação de 270.000 contos destinados não só a melhorar as ligações marítimas inter-ilhas como igualmente apoiar as empresas regionais que exploram - ou venham a explorar - o transporte marítimo de carga e passageiros através da concessão de subsídios ou da realização de estudos com vista a permitir a sua viabilização económica.

Mas quais as previsões para o próximo ano?!

1.460.000 contos, repartidos do seguinte modo:

- 800.000 contos na continuação das obras do Porto da Praia da Vitória;

- 270.000 contos na continuação da construção do Porto de Vila do Porto;

- 200.000 contos darão início à construção dum porto comercial na Ilha das Flores;

- sendo as restantes verbas, num total de 190.000 contos distribuídas pelos Portos de Ponta Delgada, Graciosa, Pico, Horta, Velas e Corvo.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo:

Presentemente existem 3 iates que efectuam o transporte de passageiros no Grupo Central e 2 iates que operam no Grupo Oriental. Essas embarcações mantêm-se porque são apoiadas pelo Governo Regional e compreende-se, pois que, nos dias que correm, cada vez se afigura mais arriscado investir em transporte de passageiros por via marítima - especialmente se tivermos em conta a morosidade do transporte marítimo e a crescente preferência pelo transporte aéreo, por ser mais rápido e cómodo. O Governo Regional, contudo, mandou construir uma embarcação que ligará Horta/Pico e que tem ainda capacidade para efectuar viagens adentro e para fora do Grupo Central, conforme as épocas do ano. É natural que tal embarcação sirva de teste para futuras iniciativas nesta área.

Se, por um lado, se tem prosseguido com a política de dotar as administrações portuárias de meios que lhes permitam acompanhar o desenvolvimento dos sistemas utilizados nas operações de carga e descarga e no movimento de mercadorias; por outro lado, é preocupação dominante deste Governo, dotar os portos já existentes e os que estão em fase de conclusão, de equipamento adequado, com vista ao normal funcionamento daquelas infraestruturas. (dotação de 50.000 contos, dotação essa que, eventualmente, se poderá tornar escassa).

Para finalizar esta nossa apreciação, gostaríamos apenas de realçar o esforço necessário por parte do Governo neste importante sector económico, pois as infraestruturas portuárias constituem elemento fundamental para o desenvolvimento equilibrado de todas as ilhas.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo:

Desde a conquista da Autonomia tem sido preocupação dos governantes regionais dar a conhecer esta nossa Região pelo mundo fora. E este dar a conhecer passa por toda uma necessidade promocional: de oferta daquilo que somos a quem esteja nisso interessado. É assim que se nos apraz realçar o programa nº 55 da Proposta de Plano, pois que o mesmo não se propõe apenas divulgar o que somos, mas acima de tudo - e isso é que é importante - "dinamizar manifestações culturais, recreativas e desportivas".

A importância deste dinamizar das manifestações culturais, recreativas e desportivas, será tão importante quanto essas manifestações digam respeito às nossas tradições e ao nosso povo, pois que a viabilidade destas medidas, em boa verdade ver-se-á não tanto no número de turistas que atraia à Região, mas sim no número de costumes e tradições típicas das nossas gentes que conseguir preservar e difundir. Nada como ser natural! Até porque isso também agrada a turista. Será esse um dos objectivos deste programa? Assim o esperamos, a bem não só da desejada imagem a criar da nossa Região no estrangeiro, como daquela que nós próprios desejamos e o povo desta Região merece.

Ainda quanto ao sector do turismo, nomeadamente o Programa nº 53, apraz-nos registar o contributo que o Governo pretende dar na criação de novos estabelecimentos hoteleiros e similares.

Em termos de apoios, será de realçar a intenção governamental de incentivar actividades complementares à indústria turística, pois que o turismo não se faz apenas em termos de disponibilidade de alojamentos. Neste sector achamos que seria interessante ensaiar novos esquemas de apoio, aliados aos da dinamização cultural, no sentido das novas unidades se esforçarem por promover os nossos produtos, (p. ex. artesanato e gastronomia).

Nada mais desagradável do que ouvir um turista pasmar perante a pseudo inexistência de uma cozinha regional, só porque, na maioria dos nossos restaurantes e hotéis, se teima em continuar a omitir uma ementa verdadeiramente regional.

Relembrando, de forma sintética o que foi feito, neste ano de 85, salientamos:

Em relação à participação do sector público em empreendimentos turísticos, relevam-se alguns dos que irão, de imediato, contribuir para efectivas melhorias no sector, pelo facto de colmatarem vazios existentes em certas zonas da Região, como a estalagem das Velas, em S. Jorge, que se prevê venha a abrir já no começo do próximo ano, pois, as obras se encontram em fase de acabamento; a Residencial da Graciosa, cuja ampliação só se tornou possível com a ajuda do Governo; o Aparthotel "Caravelas" e a Residencial "Montanha" na Ilha do Pico, e ainda as recentemente inauguradas Pensão Residencial Zenite e Residencial da Sé na Ilha Terceira.

Ao nível do Programa de Apoio à Indústria Turística, desenvolveram-se acções de apoio financeiro a empreendimentos turísticos, no ordenamento físico-turístico e no enriquecimento da oferta turística.

No Programa de Divulgação, Promoção e Animação Turística, subdividido em 3 Projectos, várias acções foram implementadas. Assim:

- no da divulgação, desenvolveram-se acções no campo da informação com a publicação de folhetos e guias turfsticos, bem como de livros com interesse regional.

- no da Promoção implementaram-se diversas acções como a participação em certames nacionais e internacionais (a título de exemplo refira-se a ITB em Berlim, Congresso da ASTA em Roma, FITUR em Madrid, os Workshops), as participações nos Centros de Turismo em Portugal e no Estrangeiro, salientando-se ainda a visita de jornalistas nacionais e estrangeiros, agentes de viagens e operadores turfsticos.

- relativamente à Animação Turfstica de notar a participação em diversas manifestações de carácter desportivo, como por ex.: a participação em clubes náuticos, golfe e ténis, nos Ralis da Terceira e de S. Miguel, nos clubes de Caça e Pesca Desportiva.

Para além destas manifestações de carácter desportivo existem outras de cariz cultural e recreativo, como: a participação em manifestações religiosas, ranchos folclóricos e bandas de música.

Das manifestações que movimentam fluxos apreciáveis de turistas, quer interno, quer externo, refira-se a Semana do Mar e as S. Joanas.

No campo da Formação Profissional, visa-se obter uma melhoria significativa de nível de desempenho no sector, tendo já tido lugar vários Seminários, acções de formação no Centro de Formação Profissional dos Açores e, sido concedidas bolsas de estudo.

Mas mais, muito mais há que fazer. E se é verdade que a grandeza se atinge através da humildade, humilde é este Plano para a grande obra que tem pela frente.

Orgulhosos da herança dos anteriores Planos, confiantes na ousadia das propostas contidas neste, propomo-nos aprová-lo, a bem da Região e das suas gentes.

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Equipamento Social.

Secretário Regional do Equipamento Social (Germano Domingos): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Começo por saudar os Senhores Deputados recentemente eleitos para tarefas importantes, nesta mui digna Assembleia e desejar-lhes as maiores felicidades, já que temos a certeza do seu empenhamento para bem das populações da nossa Região.

Vou ser breve, porque o tempo de que o Governo dispõe a isso me obriga e, dessa maneira, não incomodarei tanto o Sr. Deputado Carlos César que, pelos vistos, está preocupado.

O Orçamento e Plano para 1986, vem na sequência lógica do Plano de Médio Prazo aprovado por esta Assembleia em Março deste ano.

Assim sendo, irei só referir os aspectos que considero mais relevantes afirmando desde já que, a exemplo do Orçamento aprovado para 1985, será realizado praticamente a 100%, o que demonstra bem a capacidade de resposta do Governo.

Como é do conhecimento de V. Exas. cabe à Secretaria Regional do Equipamento Social executar, em 1986, obras no montante de mais de sete milhões de contos, repito mais de sete milhões de contos, que irão sustentar e ainda criar postos de trabalho nas mais diversas profissões.

A definição política de alguns programas compete à Secretaria Regional dos Transportes e Turismo, Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, Secretaria Regional da Educação e Cultura, pelo que a eles não me vou referir.

Cabe à Secretaria Regional do Equipamento Social essa definição e execução nos domínios da habitação, urbanismo, ambiente e estradas regionais.

A evolução demográfica e o envelhecimento do parque habitacional dão-nos indicações de que temos que acelerar os programas no sector da habitação.

Mercê das acções do extinto GAR, que se transferiram para a Secretaria Regional do Equipamento Social e que estão em vias de conclusão, a procura baixou na Terceira, Graciosa e S. Jorge, mas mantém-se elevada principalmente em S. Miguel.

As verbas inscritas para 1986 no sector da habitação atingem 1.825.000 contos. Não sendo as suficientes, foram as possíveis, pelo que continuaremos com os programas em que participem as famílias carenciadas, mantendo-se o objectivo do Governo, em ajudar cada família na obtenção de casa própria. Desta forma prosseguiremos com os programas de "custos controlados", "acções de realojamento", "recuperação da habitação degradada", "apoio às "cooperativas de habitação", e apoio à "autoconstrução". No âmbito deste último programa, foi recentemente aprovada uma resolução do Governo, que constitui uma medida de grande alcance social, no sentido de estimular os casais jovens a construir habitação própria, bonificando-os de forma mais acentuada quanto à cedência de terrenos e materiais e ainda complementarizando esta acção em certa medida e segundo certas condições, com apoio à mão de obra. Este, aliás, foi um propósito aqui anunciado quando da discussão do Plano e Orçamento em Março. Infelizmente, só agora é que foi possível concretizar, mas já está concretizado.

Continuaremos a procurar soluções que permitam alargar o leque dos contemplados, porque sabemos que há franjas que ainda não têm capacidade

para suportar a sua quota parte de responsabilidades. Uns, porque não querem poupar, nem querem fazer sacrificios para se abalançarem aos programas, outros ainda porque as condições de carência são tais que não lhes permitem fazê-lo. Continuaremos animados dos melhores propósitos na procura de soluções para esses casos e já temos contactos estabelecidos com entidades vocacionadas para o efeito - não só entidades nacionais como estrangeiras.

Devido à experiência adquirida, estamos a procurar, em estreita colaboração com as autarquias, comprar casas em ruínas ou terrenos confinantes com estradas, a fim de que as nossas freguesias retomem as suas características, para se evitar a ocupação urbana de terrenos agrícolas, e ainda porque reduzirá muito os custos das infraestruturas de saneamento e abastecimento de água, arruamentos e electrificação, além de proporcionar uma melhor integração das populações distribuindo-as pelo tecido social já implantado.

A S.R.E.S. continuará as acções necessárias para satisfazer a procura, mas cabe dizer que, através dos programas acima referidos, já efectuámos um total de 2.158 intervenções, com 924 habitações já concluídas e 1234 em construção.

Várias situações de impasse no que respeita a registo de terrenos, decisões judiciais e aprovação de alvarás de loteamento, foram recentemente resolvidos pelo que o ritmo de construção vai aumentar em 1986. Cabe aqui uma pequena referência para dizer que, nos últimos Conselhos do Governo principalmente, têm sido levados a concurso e adjudicação infraestruturas para habitação, e é pena que de 27 pontos de agenda em últimos Conselhos aprovados, na televisão só tenham sido referidos escassos 4 ou 5 pontos. Esses pontos interessavam às nossas populações das mais variadas freguesias no âmbito da habitação.

A S.R.E.S. vem apoiando as autarquias na obtenção de planos de urbanização, tendo já sido entregues alguns, estando onze em fase adiantada de execução.

O Plano de Urbanização de Ponta Delgada, maior e mais carenciado centro urbano, está a ser implementado, e já em Janeiro próximo será entregue o levantamento aerofotogramétrico da cidade. Assim poderemos abrir concurso, em 86, para a elaboração do plano.

Uma equipa constituída por um técnico da S.R.E.S., um elemento da Câmara e quatro cidadãos de prestígio indiscutível da cidade, proporá a área de intervenção, dará parecer sobre o processo de concurso, apreciará as propostas e acompanhará a sua elaboração. Este plano constituirá uma prioridade do âmbito urbanístico para 1986.

Ambiente - Satisfez-me imenso ontem nesta Assembleia ouvir o Sr. Deputado Maciel - e concordo inteiramente com ele - sobre o problema do ambiente.

Tanto eu como o actual Director Regional da Habitação, Urbanismo e Ambiente, estamos muito sensibilizados e preocupados, em certa medida, com esses programas e vamos implementá-los de uma forma mais acelerada.

É certo que existem 12 locais classificados, Comissões Administrativas já nomeadas e alguns estudos e projectos em elaboração mas muito há a fazer nesse domínio e urge fazê-lo. Recentemente contratámos dois engenheiros de ambiente dos primeiros que se formaram no país e estamos empenhados em que no ano de 86 se arranque finalmente com acções concretas e de tão grande interesse para a nossa Região.

Quanto aos recursos hídricos, temos vindo a melhorar a eficiência na gestão. Iniciámos uma experiência-piloto na Ilha de Santa Maria, que vai ser testada antes de ser lançada em outras ilhas.

A ilha de S. Miguel foi dividida em 3 zonas e 6 subzonas de actuação, que estão a ser equipadas com meios materiais e humanos, para se exercer melhor controle e fiscalização e ainda permitir a desobstrução e limpeza das nossas ribeiras, actuando ainda na defesa sanitária junto aos furos e nascentes que alimentam a rede domiciliária.

No sector das estradas regionais, estão inscritos 1.250.000 contos para 86. Vamos continuar a pavimentação betuminosa, correcção de traçados, substituindo pavimentos de calçada ou outros em todas as ilhas. O problema maior do sector reside junto aos maiores aglomerados, pelo que já estão prontos os projectos da safda leste de Ponta Delgada, incluindo a ligação à estrada da Ribeira Grande e prolongamento da avenida marginal, obra de grandes dimensões a lançar a concurso no próximo ano. Começaremos a preparar o lançamento do projecto da variante à E.R. nº 1-1ª, no atravessamento de Ponta Delgada e que ligará o porto, o aeroporto e o novo Hospital com toda a ilha, sem interferir com o tráfego interno da cidade e ainda continuaremos a colaborar na resolução do problema de S. Gonçalo.

Completaremos o troço Carreirinha-Pico Redondo na via rápida Angra-Praia e começaremos as expropriações com vista à variante à E.R. nº 1-1ª no atravessamento de Angra, cujo projecto já está conluído e será aprovado brevemente. Só me referi obviamente às maiores obras do sector, mas continuaremos a trabalhar em todas as ilhas e daremos ainda melhor atenção à sinalização vertical e horizontal e ao tratamento das bermas pela reposição dos "cantões" atribuindo responsabilidades e instituindo prémios para os melhores

cuidados.

O investimento nas vias de comunicação é altamente rentável a prazo. Iremos substituindo os actuais pavimentos por outros de melhor qualidade e com boa drenagem por forma a que o aumento constante do parque automóvel em número e capacidade de carga não contribua para a sua rápida degradação.

Também já aqui referi, aquando da discussão em Março de 85, que em países onde não abundam as verbas para o sector de estradas, como é o nosso, mas que felizmente agora poderá ter um apoio suplementar com os programas do FEDER, é preciso fazer um esforço para que as coisas não fiquem pelo barato, que sai muito caro. Temos que mudar os nossos pavimentos, acompanhar a Europa em tudo e também em pavimentações e não continuar com pavimentos que estão ultrapassados e que custam muito caro, a prazo. Podemos, nas nossas ilhas, ir para pavimentos/tipo que vão durar 30 ou 40 anos com a capacidade de carga suficiente, evitando gastar todos os anos muito dinheiro porque, já referi também várias vezes, que cada Km que se está a fazer na estrada de ligação Angra/Praia está-nos a custar 25 mil contos, e cada Km que se está a fazer em S. Jorge, na ligação dos Biscoitos para a Calheta, está-nos a custar 6 mil contos. Por aí se pode ver que é difícil gastar dinheiro em estradas ou, por outra, tem que se gastar bem, tem que ser caro para se tornar barato. Vamos fazer um esforço, nesse sentido.

Com bons pavimentos, aumenta-se a segurança, poupa-se em combustíveis, pneus, substituição de peças e reparações cada vez mais caras, além de se evitar o cansaço físico e psíquico, que conduz fatalmente a acidentes que podem levar à incapacidade, e até à perda de vidas, que jamais podem admitir qualquer quantificação em termos económicos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não receamos o trabalho e temos a coragem suficiente para levar a cabo tamanha tarefa. Assim o compreendam e ajudem os de boa vontade e que amam a nossa terra, já que, para os incrédulos, desmotivadores, alarmistas e Velhos do Restelo, chegará a nossa benevolência e sobretudo a nossa paciência.

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Natalino Viveiros.

Deputado Natalino Viveiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Deputado Carlos César (PS): Fica-lhe bem o lencinho...

Deputado Natalino Viveiros (PSD): Para que é tanto reboliço Sr. Deputado? Não percebo!

Deputado Carlos César (PS): Não posso falar com a minha colega?!

Deputado Natalino Viveiros (PSD): Com certeza.

Deputado Carlos César (PS): É para limpar as lágrimas de crocodilo...

Deputado Natalino Viveiros (PSD): É por isso que eu estou a ver a Sra. Deputada Conceição Bettencourt já com o lenço na mão!

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Estou com o lenço na mão porque estou constipada...

Deputado Carlos César (PS): ... é porque espera chorar lágrimas de crocodilo!

(Risos da Câmara)

Deputado Natalino Viveiros (PSD): Não se preocupe que eu mando depois enxugá-las!...

(Risos da Câmara)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Entrámos no décimo ano de Autonomia Democrática e, com ela, no décimo ano de governo próprio. Comemora-se portanto, em 1986, uma década de vida nova, caracterizada pelas alterações profundas operadas na sociedade insular, como corolário do esforço gigantesco, que uma plêiade de açorianos decidiram teimosamente empreender, à volta do qual se mobilizaram todas as ilhas, quiçá tocadas também pelo advento das Semanas de Estudos, que indicaram naquela altura as carências e as virtualidades das ilhas, reconhecendo implicitamente o esgotamento da divisão administrativa de então, impotentes, porém, para darem o salto em frente.

Todas as transformações operadas na Sociedade Açoriana nos últimos nove anos, assentaram nos Planos apresentados pelo Governo e aprovados neste Parlamento. Por aqui passaram as linhas de força do desenvolvimento regional, do qual saiu o quadro de referência para todos quantos, de uma forma ou de outra, são agentes na nossa sociedade.

Ao discutir-se hoje o Plano para 1986, dir-se-ia que estaríamos perante mais um plano, com objectivos e meios que agradam a uns e desagradam, como sempre, a outros, num cerimonial apático, que bem poderia transformar este debate numa rotina.

Enganam-se os que assim pensam. E enganam-se porque há sempre novos motivos, há sempre razões novas que pendem sobre o debate, e exigem, até, revisão de políticas e de objectivos.

O Plano para 1986 coloca-nos perante uma realidade da qual emergem responsabilidades apreciáveis para todos nós, e consequências para a Autonomia. Isto porque 1986 é o marco do 19.º decénio de governo próprio dos Açores e é, ao mesmo tempo, o ano da entrada na CEE.

Quer isto dizer, que o Plano de 1986 tem de ser suficientemente motivador para redobrar a esperança na autonomia, e tem de ser realista

e capaz de responder aos desafios de modernidade inerentes à nova condição, advinda da entrada na CEE.

O Plano, sendo o quadro de referência da política do Governo, deve, ao mesmo tempo, ser o meio de mobilizar todos os agentes, sobretudo os agentes económicos.

Sem descer a pormenores e sem analisar sequer os diversos programas que o Plano contém, vou situar-me apenas num grande objectivo, e em três instrumentos de política, que penso imprescindíveis para o efeito.

O Governo coloca como primeiro objectivo deste Plano o incremento do emprego, preocupação dominante em toda a Europa, e aponta como meta necessária a criação de 2.000 postos de trabalho em 1986.

É evidente, que a partir daqui o Governo conta com um conjunto de programas que, uma vez em execução, serão os suportes necessários para atingir tal objectivo.

Muitos dirão que o Governo tem meios à sua disposição que lhe garantirão à partida o cumprimento do objectivo de 2.000 postos de trabalho. Penso, no entanto, que esses postos de trabalho devem fundamentalmente resultar das necessidades da actividade económica, quer no sector secundário quer no terciário, evitando-se que, e desobrigando, a administração pública de ser agente exclusivo na criação de tais necessidades, consequência da política seguida pelo Governo.

Este objectivo é tanto mais sério quanto se reconhece que, o desemprego tem crescido, isto sem contar com o subemprego existente, razão do atrofiamiento de várias actividades económicas - e ainda sem contar também com a fraca qualificação e preparação dos candidatos e dos empregados. Acresce que, a Região não está reabilitada dos efeitos da emigração maciça verificada até 1976, causa do envelhecimento e da baixa produtividade de muitas das nossas ilhas. Todos têm o direito de emigrar, todos têm o direito de querer ir procurar outras instâncias para viver, mas estancar a emigração, foi um dos grandes objectivos políticos dos I e II Governos Regionais e será certamente preocupação dominante deste Governo, compromisso assumido no programa que apresentou a esta Assembleia. Sem isto, estaria em causa toda a política anterior que assentou na construção de infraestruturas capazes de fixar as populações e de dinamizar a economia.

O nosso desafio em 1986 é um desafio à capacidade de cada um para dinamizar a economia, criar oportunidades de trabalho, e sobretudo valorizar e preparar os meios humanos para que estes estejam à altura de ombrear com os demais parceiros da Europa.

O nosso desafio é fundamentalmente um desafio cultural, suporte imprescindível à salvaguarda

do Projecto Autónomo, capaz de resistir a crises e a políticas de conjuntura, meio de habilitar a sociedade a procurar, com criatividade, alternativas aos instrumentos de desenvolvimento que, com o tempo, necessitam de ser reformulados.

O Governo criou oportunamente um conjunto de instrumentos de apoio ao investimento. Apareceram estes apoios numa dada conjuntura, foram testados e até utilizados por muitos. Anuncia-se agora a sua revisão; revisão que é necessária; que é esperada, revisão prevista desde a aprovação do primeiro quadro legal.

E, a este propósito, convém referir que o apoio ao investimento é indispensável. E é indispensável porque produz efeitos multiplicadores...

Deputado Carlos César (PS): Grande descoberta!...

O Orador: Não é descoberta nenhuma, é uma constatação!

Mas, dizia, não se pode pensar sequer que, mesmo que a contribuição industrial tivesse um crescimento pouco acentuado, não se pode pensar de forma isolada porque, se se pensa criar postos de trabalho, se se pensa mobilizar os empresários para o grande objectivo do Plano de 1986, nós temos que, também, dar-lhe oportunidades de investimento, e isso implica que haja determinados apoios, aliás, à semelhança do que acontece no mundo desenvolvido e no mundo ocidental até.

Devo dizer também que a contribuição industrial de 1983 para 84 cresceu cerca de 27%, o que é considerável e certamente nesta percentagem conta-se, sem dúvida, com aquelas indústrias que se instalaram por via dos apoios que o Governo Regional colocou à disposição dos empresários.

Os apoios financeiros não valem só por si. O resultado deles resulta da capacidade de quem os utilizar, da capacidade de quem os aproveitar devidamente, de quem deles extrair todas as virtualidades. Mas, isto já não depende do Governo; dele apenas depende, neste caso, a confiança que conseguir imprimir aos investidores; a mobilização política que conseguir fazer.

Para dinamizar o investimento é também necessário que os poderes públicos estejam despertos para a desburocratização de processos. O empresário tem oportunidades, tem urgências incompatíveis por vezes com o entrave voluntário da máquina administrativa, quiçá até, do último funcionário do serviço ou da repartição. O respeito dos governantes pela iniciativa privada é incompatível com atitudes que a eles escapam. O remédio reside no combate à burocratização dos serviços, objectivo apontado no programa do Governo e publicamente reiterado e ainda ontem ouvido aqui referir pelo Sr. Secretário Regional do Comércio e

Indústria.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Legalmente está definido, que o Plano é obrigatório para a Administração Pública e para o sector empresarial do Estado, e indicativo para o sector privado.

Quer isto dizer, que os efeitos das medidas propostas no Plano para 1986 ou o resultado daquelas previstas nos Planos anteriores, não podem, na globalidade, ser da responsabilidade do Governo, porquanto numa economia de mercado há comportamentos que não dependem dos poderes públicos.

Não vale a pena por isso, pensar que, depois de aprovado o Plano para 1986, as pessoas irão ver o Governo abrir inscrições para os 2.000 postos de trabalho. Estes, como é óbvio, aparecerão na sequência da execução dos programas do Plano e sobretudo da dinâmica que a iniciativa privada tiver.

E, nesta área, aproveito para referir, que é com preocupação que vejo hoje, o amorfismo dos agentes económicos regionais, aparentemente despreocupados com o futuro próximo, esquecendo que a sua própria sobrevivência, como empresários, depende fundamentalmente da sua agressividade e da sua capacidade de competir. Enquanto os empresários dos países que entram em Janeiro para a CEE consertam estratégias e se preparam para aguentar o impacto com a entrada para a CEE, aqui, a rotina é uma constante, e não vejo que entre os empresários se estabeleça o debate e se criem acções comuns de defesa.

Se os empresários não modificarem o seu comportamento, vamos sofrer todos com o embate da entrada na comunidade. Há que recriar a consciência de empresário; importa não esquecer que na concorrência, sobrevive o que for mais capaz. Nesta matéria a responsabilidade das associações representativas dos empresários é enorme, e, quanto maior for a sua agressividade, maior garantia de sucesso terão os seus associados; mais facilmente poderão beneficiar dos meios que a CEE coloca à sua disposição no período de transição.

Fiz algumas considerações que se prendem com o grande e primeiro objectivo do Plano para 1986. Referirei agora, e de forma sucinta, 3 instrumentos essenciais para o êxito da proposta do Governo.

Numa Região como a nossa, limitada nos seus recursos naturais, dispersa por 9 ilhas e aberta ao exterior, não há muitas alternativas capazes de responderem à expansão demográfica e à criação de novos postos de trabalho, salvo naquelas ilhas onde a densidade populacional é baixa.

Com os segmentos industriais saturados, pouco há a esperar do sector secundário quanto à resposta necessária e desejável no emprego

da mão-de-obra disponível, juntando a isto o decréscimo acentuado na população activa adstrita à agricultura.

Assim sendo, como é, o Governo fica com um sector que pode estimular e no qual a sua intervenção é indispensável. Refiro-me ao Turismo, área que considero prioritária como meio gerador de postos de trabalho, quer a montante, - abrangendo a construção civil e actividades conexas - quer a jusante com todo o efeito multiplicador que gera a actividade turística na área dos serviços.

Passos significativos têm sido dados, mas impõem-se criar estruturas que permitam ocupar minimamente na época baixa as disponibilidades existentes na Região.

As nossas instalações são pobres nos complementos necessários ao turismo e a falta de capacidade financeira do sector requer aqui a intervenção do Governo antes do aumento da própria capacidade hoteleira. Não vou descer a pormenores, mas é consenso dos agentes ligados a esta actividade, as opiniões que agora exprimo.

Não podemos reear o desenvolvimento controlado do turismo. Nele reside a resposta para alguns dos nossos problemas, incluindo os dos excedentes das nossas pequenas produções.

Outro instrumento é o dos transportes e, neste caso, aguardamos que 1986 seja o ano decisivo para os transportes aéreos regionais, definindo o Governo, as opções neste sector essencial, de acordo com a nova realidade, resultante da existência de aeroportos em todas as ilhas e da concorrência de outras empresas que, actuando no e do exterior, influem de sobremaneira no tráfego interno.

Outro instrumento, também ele essencial, é o da energia, sendo certo que no subsector da electricidade se trabalha afincadamente para produzir, transportar e distribuir electricidade em quantidade e qualidade condizente com a procura.

Além de outros, os três instrumentos que aponte - Turismo, Transporte e Energia - são peças fundamentais para que o Plano de 1986 atinja o seu grande objectivo.

Senhor Presidente, senhores Deputados:

A vida nesta Região não depende nem assenta exclusivamente sobre o Governo e sobre a Assembleia Regional. Estes órgãos são os garantes da estabilidade e da paz social; são também pontos de referência para outras instituições e para os diversos agentes da nossa sociedade. Não podemos, por isso, exigir do poder político o possível e o impossível, numa demissão inqualificável das responsabilidades que na sociedade cabe a cada instituição e a cada cidadão em particular.

É neste contexto se inclui o Plano de 1986;

é nesta perspectiva que coloco o debate que se deve travar sobre os 10 anos de Autonomia.

A corresponsabilização dos agentes activos da sociedade é uma meta a atingir; é uma obrigação de cada cidadão.

1986 será um ano diferente; diferente pela nossa entrada na CEE; diferente porque cada um terá de contar mais com as suas capacidades; diferente porque importa fazer, de forma desapassionada, o balanço dos 10 anos de autonomia e das modificações que ela motivou.

O Plano para 1986 corresponde a estas exigências. Importa desenvolver as acções nele contidas e concretizar as inerentes medidas políticas, num empenhamento conjugado do Governo com as diversas instituições e com os agentes económicos; numa atitude de confiança e esperança suficientemente mobilizadoras da sociedade em geral. Assim o espero e desta forma darei o meu contributo.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais:

Não vejo na bancada do Governo o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura mas, porque a culpa não é minha, desejo principiar com algumas palavras que têm por objectivo deixar algumas linhas do meu pensamento político.

Não julgo ser indispensável ter de possuir outros conhecimentos técnicos, para além dos que estejam relacionados estritamente com a minha profissão.

Como político, importa-me, sim, ter ideias e concepções relativas à forma de organização da sociedade. A minha opção política é pela defesa dos mais pobres, pela defesa da liberdade, pela defesa da igualdade de direitos e oportunidades para todos; em suma, pela defesa da justiça social.

Não necessito, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de ter conhecimentos de medicina, para formar a minha concepção sobre o que deverá ser uma política de saúde, correcta e justa.

Não necessito de ter conhecimentos de engenharia civil, ou arquitectura, para defender a ideia de que todos devem ter o direito a uma habitação própria e condigna.

Não necessito, sequer, de ter um conhecimento de como se deve proceder para garantir o acesso a todos ao ensino, à educação e à cultura, porque, para mim, como político, o que quero é que isso seja assegurado.

Sou um político; não sou um tecnocrata!

Orienta-me a vontade política; a ideia formada, e a consciência da vontade de realizar o

acto, de atingir o objectivo. Depois, é a equipe no seu conjunto - políticos e técnicos - que têm de realizar (na parte que a cada um cabe) a obra, na conjugação do objectivo e dos meios para a sua concretização.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O mal, é quando não se tem ideias, nem vontade política e nem sequer se saber fazer rodear da equipa mais capaz.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Encontramo-nos, neste Parlamento, uma vez mais, a discutir uma (mais uma) Proposta de Plano do Governo Regional dos Açores.

Sou um político, situado na área da oposição ao Governo. Não me peçam, pois, para fazer uma intervenção como se fosse um deputado do Partido apoiante do Governo.

Deputado Natalino Viveiros (PSD): Para isso estamos cá nós! Não precisamos!

O Orador: Às vezes até fazem!"

Entendo, porém, que não devo enveredar pelo verbalismo do "bota-abaixo", só porque sou da oposição.

Como Socialista, e como homem decididamente situado à esquerda, é perfeitamente compreensível que, prioritariamente, me assumo sob uma perspectiva crítica face a um Governo, e ao partido que o apoia, que considero de cariz liberal, no plano político, mas conservador no plano económico.

Aceito, e reconheço, contudo, que o Governo tem tido uma acção meritória em alguns domínios. E não tenho pruridos em reconhecê-lo.

Mas, da mesma forma, não posso deixar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de abdicar do meu direito à crítica, e de manifestar a minha reprovação face a determinadas opções do Governo, e de suscitar a dúvida quanto à sua capacidade de realização dos seus planos, em tempo útil, ou seja, no condicionamento temporal definido em 4 anos (sob a denominação de Plano a Médio Prazo) e no seu desdobramento nos 4 Planos Anuais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não tem cabimento neste debate, pela sua característica e limitação de tempo, a abordagem profunda das questões.

Pelas regras estipuladas, pela maioria parlamentar, a discussão do Plano incide somente na generalidade. Por isso, referirei somente algumas particularidades, e com referência a áreas dos Assuntos Sociais, na medida em que é em relação a elas que estou incumbido, porquanto outros deputados do meu Partido - o Partido Socialista - têm à sua responsabilidade outros sectores com referência na Proposta do Plano apresentado pelo Governo Regional, sobre os quais com total competência se pronunciaram.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Desejo, em primeiro lugar, felicitar o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais, Costa Neves, pela política desenvolvida no sector da Segurança Social.

O mesmo, porém, não posso fazer em relação à política da Saúde.

Felicito, da mesma forma, o Sr. Secretário Regional do Trabalho, Manuel Arruda, pela política desenvolvida no sector da Formação Profissional.

O mesmo, porém, não posso fazer relativamente à política de emprego, em geral, e em particular à actividade dos Centros de Emprego, assim como não posso dar a minha concordância relativamente à acção do Governo (precisamente por, praticamente, não haver acção) nos sectores da Higiene e Segurança no Trabalho e à Medicina do Trabalho.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sobre muitos sectores da responsabilidade governativa, não me satisfaz dizer que o Governo não tem uma política correcta. O que eu digo é que o Governo - e isto é que é mais grave - por vezes nem tem ideias para uma política correcta.

Depois, Sr. Presidente e Srs. Deputados, há razões para que se não acredite na capacidade de execução deste Governo, em tempo útil, de muitas medidas que inclui nos seus Planos.

Senão vejamos:

No Plano a Médio Prazo 85/88, para a Ilha de S. Miguel, o Governo propõe-se construir, para além do Hospital de Ponta Delgada, o Centro de Saúde de Ponta Delgada e o Centro de Saúde do Nordeste.

Na Proposta do Plano para 86, agora em discussão, o Governo indica a construção do Centro de Saúde do Nordeste - veremos o que sobre isto irá o Governo dizer na Proposta do Plano.

No P.M.P. 85/88 o Governo fala no arranque da construção do Centro de Saúde e Escola de Enfermagem de Angra do Heroísmo.

No Plano para 86 o Governo refere a construção do Centro de Saúde e Escola de Enfermagem de Angra do Heroísmo (neste momento esta obra já arrancou; muito bem!).

No P.M.P. 85/88 o Governo fala na construção do Centro de Saúde da Calheta.

Na Proposta do Plano para 86 o Governo indica a construção do Centro de Saúde da Calheta.

No P.M.P. 85/88 o Governo fala na construção do Centro de Saúde de S. Roque do Pico, e na proposta do Plano para 86 aponta a construção desse Centro de Saúde.

No P.M.P. 85/88 o Governo fala na construção do Centro de Saúde de Vila do Porto, em Santa Maria.

Na Proposta do Plano para 1986, o Governo refere a construção desse Centro de Saúde.

Tudo bem, até aqui, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Só que no P.M.P. 1981/84, o Governo incluía a construção de obras no Hospital de Santa Maria; no Plano de 82 referia, para a Ilha de Santa Maria, a construção de unidades de Saúde; no Plano de 83 referia a construção do novo Centro/-Hospital de Santa Maria, e no Plano de 1984, o Governo falava na construção do Centro de Saúde de Vila do Porto em Santa Maria. Isto não foi cumprido. É um facto indesmentível!

No P.M.P. 81/84, para a Ilha de S. Miguel, o Governo apontava a construção do Centro de Saúde de Ponta Delgada e do Hospital do Nordeste.

Ainda em S. Miguel, o Governo, no Plano para 1981, referia a construção do Centro de Saúde de Ponta Delgada;

No Plano para 82 o Governo falava, ainda para S. Miguel, em construção de Centros de Saúde;

No Plano para 1983, também ainda para a Ilha de S. Miguel, o Governo voltava a referir a construção do Centro de Saúde de Ponta Delgada e do Hospital do Nordeste.

Para a Ilha de S. Jorge, o P.M.P. 81/84, referia a construção do Hospital da Calheta.

No Plano para 1981, o Governo referia a construção do Centro de Saúde de S. Jorge;

No Plano para 1982 o Governo referia, também para S. Jorge, a construção de unidades de Saúde;

No Plano para 1983 o Governo falava, novamente, na construção do Centro de Saúde/Hospital da Calheta e, no Plano para 1984, novamente a alusão à construção do Centro de Saúde da Calheta.

Não cumpriu; é um facto indesmentível!

Para a Ilha do Pico o P.M.P. 81/84, bem como os Planos Anuais de 1981, 1982, 1983 e 1984, faziam referência à construção do Centro de Saúde/Hospital de S. Roque. Onde está? Não foi cumprido nesse período temporal em que o Governo disse que ia fazer, e a maioria aprovou porque acreditava na capacidade do seu Governo. A oposição votou contra porque não acreditava, e o futuro deu razão ao Partido Socialista.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não é somente neste aspecto que incide a minha crítica e as razões para não acreditar neste Governo.

Há uma questão de fundo que cava o fosso que, politicamente, me separa deste Governo, também em questões de política de Saúde.

É que o Governo orienta a sua política com base na opção prioritária de que primeiro é preciso deixar as pessoas adoecerem para, depois, se tentar curá-las. É a opção prioritária do Governo pela medicina curativa.

É isto que, fundamentalmente, nos separa

da política deste Governo em matéria de saúde.

Entendendo que se deve investir em estruturas e serviços para intervenção da medicina curativa e de reabilitação, defendo, com convicção, um investimento forte, determinado, prioritário, na medicina preventiva.

A medicina preventiva representa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, ao mesmo tempo, uma parte da medicina e uma parte da prevenção.

Uma parte da medicina articulada com a medicina curativa de que não pode estar separada no acto médico - o qual deve permanecer global -, com as suas implicações preventivas e curativas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Há que coordenar as acções fragmentárias e pontuais, a fim de as tornar mais eficazes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste caso há duas ordens de razões fundamentais: uma razão ética e uma razão técnica.

A razão ética resulta da consideração de que prevenir é um objectivo social, ainda mais elevado do que curar.

A razão técnica aponta para vários domínios da patologia de molde em que a acção preventiva apareça como a única possibilidade de melhorar a situação do estado de saúde das pessoas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Para isto há que haver objectivos concretos.

Acções preventivas a fim de fazer intervir uma política global e medidas concretas e planificadas.

No plano médico, a acção deve ser dirigida à prevenção primária a fim de erradicar a doença; à prevenção secundária a fim de se poder ter acções de rastreio atempadamente, periodicamente, para evitar, tanto quanto possível, a manifestação da doença numa altura em que, aí sim, então, há é que recorrer para tentar curá-la.

Contudo, a acção preventiva médica não deve ser julgada exclusivamente sob o ângulo meramente económico.

Com efeito, para o economista, o adulto que trabalha é particularmente "rentável", a criança está na potência da produtividade, e as pessoas já idosas, na reforma, não são mais do que consumidores.

Esta filosofia, porém, é inaceitável para quem é sensível ao social e à dignidade dos homens e das mulheres, dos jovens e dos idosos.

Convém, portanto, introduzir uma dimensão humana que deve animar as nossas acções, em particular quando se trata da 3ª idade.

Com efeito, a medicina preventiva, é uma questão de opção que, pelos vistos, não está, prioritariamente, nas intenções do Governo Regio-

nal.

A medicina preventiva deve, em todos os casos, tender a preservar e a prolongar o estado de completo bem-estar físico, mental e social e, em minha opinião, continua ainda a ser a melhor concepção de saúde.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Esta política de saúde é possível. Basta haver vontade política! Os médicos, e demais profissionais de saúde, na sua esmagadora maioria, estou certo, estarão dispostos a colaborar.

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Interrogo-me a mim mesmo de quem, dentro desta Assembleia, não defende a igualdade de direitos e oportunidades e a justiça social.

Penso que ninguém responderia negativamente a esta pergunta. Também eu a defendo.

O tempo tem-nos vindo a dar razão, Sr. Deputado José Manuel Bettencourt, porque há um ano, há 2 anos, há 3 anos, a sua adesão à política do Governo, em matéria de Segurança Social, não era tão convicta, ou seja, punha tantas reservas em relação à política de Segurança Social como hoje põe em relação à política de saúde.

Não há, portanto, razão, em minha opinião, para duvidar da nossa capacidade de execução. Falar em diferentes anos nas mesmas construções, é óbvio que aconteça porque, uma obra como o Hospital de Ponta Delgada, ou como o Centro de Saúde e Escola de Enfermagem de Angra, ou o Centro de Saúde do Nordeste, ou o Centro de Saúde da Calheta, ou o Centro de Saúde de Vila do Porto, ou o Centro de Saúde de S. Roque do Pico, são obras que têm que ser programadas, tem que haver aquisição de terrenos e tem que se estudar os mesmos, tem que se fazer os projectos, tem que se fazer os estudos prévios, tem que se envolver muita gente nesse processo e, quando se começa a pôr pedra sobre pedra, é o mais fácil, Sr. Deputado! - desde que consigamos encontrar os meios financeiros como este Governo tem sido capaz de encontrar.

Quanto à questão de fundo da prevenção, Sr. Deputado, se o Centro de Saúde é o órgão característico, paradigmático, dessa opção pela prevenção, numa altura em que é aprovado o regulamento dos Centros de Saúde, numa altura em que é claro que estamos a fazer, em termos de equipamento e de instalações, vários Centros de Saúde nesta Região e a remodelar tantos outros, penso que também não é possível pôr em causa a nossa opção.

Quanto a acções fragmentadas, Sr. Deputado, penso que consegui exteriorizar bem que há, efectivamente, um fio condutor— com o qual pode não se concordar - mas, quando se fazem esses investimentos em equipamento, em instalações, na formação de pessoal e agora, com maior incidência, na organização, há um fio condutor nesta política. Esta política é possível e nós vamos prová-la com actos!

Devo-lhe dizer, aliás, que tenho muito orgulho na precisão deste Plano quando diz, em relação a cada uma das acções concretas no anexo ao Plano, quando é que as acções vão começar e qual o seu estado actual em relação a essas acções.

Portanto, fico com a esperança, embora isso para mim não seja fundamental, de vê-lo daqui a 1 ano ou 2 vir aqui reconhecer que, afinal, em matéria de saúde, também há razões para se congratular como Açoriano que é.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Vou dar a palavra ao Sr. Deputado José Manuel Bettencourt, mas pedia-lhe que fosse muito sucinto porque o tempo do Partido Socialista, para o debate, está esgotado.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Eu ia precisamente perguntar-lhe se teria algum tempo para intervir porque senão...

Presidente: Só lhe peço que seja efectivamente muito sucinto.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Com certeza, Sr. Presidente!

Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais: de facto, separa-nos um fosso profundo entre a concepção de política de Saúde.

Em relação à Segurança Social, eu podia ter vindo para aqui continuar a dizer que era uma "grande porcaria". Não é! Já foi muito pior e reconheço que está agora melhor.

Quando eu o felicito, não quer dizer que esteja totalmente de acordo com toda a política de Segurança Social. Acho que a tornaram funcional mas, em termos de política de Segurança Social, há muito mais a fazer. E é aí que nós um dia teremos que discutir quais as opções a fazer.

Mas devo-lhe dizer o seguinte: eu não tenho problema nenhum em, ontem, dizer uma coisa e, hoje, dizer outra. Isto é: para mim a coerência não é actuar no presente por decalque de atitudes assumidas no passado. "Só os burros - costuma dizer-se - é que não mudam", Sr. Secretário Regional!

Em relação à Saúde, o que vos digo é que V. Exas. apresentaram um Plano a Médio Prazo em que diziam que iam construir, nesse período temporal, Centros de Saúde em Santa Maria, em S. Jorge e no Pico, e que não o fizeram, nessa altura, porque não tiveram capacidade! Melhor seria terem-se limitado a dizer que só iriam

fazer um; fizessem esse um, e não fizessem como fizeram no Plano: disseram que iam fazer todos e... não fizeram nenhum!

Presidente: Dou agora a palavra ao Sr. Deputado David Santos.

Deputado David Santos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais:

Mais uma vez nos encontramos nesta Câmara para discutirmos a Proposta do Plano para 1986. Depois de o examinar, julgo-me no direito de deixar nesta Câmara algumas reflexões que julgo pertinentes fazer.

Aquando da discussão do Plano a Médio Prazo, no que respeita a Transportes, defendi a necessidade de se fazer as ligações semanais com o Corvo, o que realmente se concretizou. Apesar de há cerca de um mês os voos terem sido suspensos devido a deficiências na sua pista, felizmente, devido à pronta resposta do Governo, em menos de um mês conseguiu pôr-se a pista operacional, o que merece deixar aqui o nosso registo de louvor. Mas, apesar de se ter resolvido este problema da pista, é preciso não deixar esquecer que ainda é necessário apetrechar o aeroporto do Corvo com as infraestruturas necessárias para poder garantir a sua operacionalidade com segurança para os passageiros e aeronaves.

Numa época em que uma das principais opções regionais é fomentar a comunicação entre os Açorianos, não é razoável a não existência de uma carreira semanal, ainda que por lancha, entre Corvo e Flores.

Quanto ao Turismo, é necessário construir um restaurante em anexo à "Casa do Turismo" já existente, para poder responder às necessidades das pessoas que durante o ano por lá passam alguns dias para apreciar as suas belezas e tranquilidade, problema que será possível resolver no âmbito das verbas constantes do Plano.

Quanto ao Porto da Casa, faço votos para que durante o próximo ano se possa dar início às obras de alargamento e sua protecção com enrocamento, de acordo com o que está previsto.

No Programa 52 fala-se na rede de abate, dotada com uma verba de 2.500 contos, para a construção de uma casa de matança, o que irá permitir o abate local em condições higieno-sanitárias.

No que respeita à defesa e valorização do património seria urgente a criação de uma "Casa Etnográfica" para se poder recuperar o que ainda existe no Corvo, para podermos conservar as nossas tradições. Sobre esta matéria já por várias vezes tenho falado com o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura que se tem mostrado receptivo e disponível à concretização deste projecto. Tenho aliás conhecimento que, para tanto, vai ser criada uma "Comissão

Instaladora".

Quanto aos Serviços Médicos é absolutamente necessária a construção de instalações adequadas ao funcionamento da unidade de saúde. O actual edifício, construído para fins bem diversos, não oferece condições mínimas quer para as consultas, quer para a execução dos tratamentos, muito menos para o internamento, que embora sendo já possível, se faz apenas mercê da boa vontade do pessoal de saúde e da ajuda da população.

Anexo para esterilização e laboratório, serviços administrativos, farmácia, etc, tudo está em condições precárias de funcionamento. A radioscopia, tão necessária e urgente, encontra-se já no Corvo, mas sem local sequer para funcionamento provisório. E têm sido bem frequentes os inconvenientes que se calcula para os doentes e os encargos que isso importa para os serviços, a deslocação das pessoas às Flores ou à Terceira apenas para fazerem uma radiografia para despiste de fractura.

O novo edifício que se pretende, será apenas a resposta adequada a uma necessidade sentida da população, tendo em conta a demografia da ilha, a exiguidade do pessoal de saúde, o tipo de patologia a que terá que responder e a diversidade dos utentes que serve.

Feito o novo edifício, garantida a permanência do pessoal médico e de enfermagem, resta-nos desejar a integração correcta dessa unidade no esquema geral de prestações de cuidados de saúde.

Do que sei dos projectos que o Governo tem em elaboração, nomeadamente no que diz respeito à constituição dos Centros de Saúde, bem me pareceria que a unidade do Corvo fosse tomada, por pequena que seja, como equivalente a qualquer outro Centro de Saúde.

Poucas alterações se terão de fazer para que o caso específico do Corvo se possa adaptar à regulamentação em elaboração.

Terá como vantagens, entre outras, a atribuição correcta de verbas ao Corvo, conhecimentos dos custos, adequação dos projectos de saúde e avaliação de resultados, coisas impossíveis, até agora, diluídas que estiveram no conjunto Flores-Corvo. Conjunto que só o desconhecimento da realidade dos transportes, ligações hospitalares, capacidades técnica e médica das duas ilhas, permite supor.

Em face às dotações previstas neste Plano, destinadas à Ilha do Corvo, só me resta, como representante eleito por aquela ilha, dar o meu voto favorável a este Plano.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Desculpe, Sr. Deputado. Eu gostaria realmente de não ser inconveniente, mas o Partido Socialista já esgotou o seu tempo

de intervenção, de forma que, para não criarmos aqui dificuldades de tempo, pedia-lhe que guardasse, para uma futura oportunidade, a sua intervenção sobre problemas do Corvo.

Deputado Hélio Pombo (PS): Com certeza. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Administração Pública.

Secretário Regional da Administração Pública (António Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Cabe-me agora apresentar a V. Exas., em nome do Governo Regional, os sectores e prioridades a cargo da SRAP previstas na Proposta de Plano para 1986.

Antes, porém, entendo que deverei dar conta, ainda que numa forma breve, dos resultados obtidos pelo meu departamento na execução do Plano para 1985, apesar desta Assembleia vir a ter acesso formalmente a essa informação, quando apreciar a Conta de 1985 e os relatórios de execução do Plano.

No que diz respeito à Administração Regional, poderei indicar quatro grandes medidas que foram prosseguidas em 1985.

1ª - A continuação de uma política de contenção do crescimento da Administração Regional, que foi prosseguida a todos os níveis, e que se centrou, fundamentalmente, em evitar a criação de novos serviços e, quando isso era absolutamente indispensável, com uma grande preocupação de não se criarem estruturas muito pesadas, preferindo-se, à criação, à reorganização dos serviços existentes.

Adoptou-se, em sequência, uma política restritiva de aumentos dos quadros. As poucas alterações existentes foram na criação de unidades em serviços nas áreas da saúde e da educação.

As admissões de pessoal mantiveram-se congeladas, apenas permitindo-se admissões em casos muito justificados.

Permito-me adiantar que, segundo resultados provisórios do inquérito de pessoal referente a 1 de Janeiro de 1985 e já aqui referido pela Sra. Deputada Filomena Paixão, os aumentos de pessoal de 81 para 85, ou seja, em 4 anos, foram de 580 unidades, passando-se de 10.412 em 1981 para 10.990 em 1985, o que representa uma percentagem de aumento anual de cerca de 1,4%.

Podemos considerar este resultado positivo, não só comparando com os aumentos verificados em igual período na Administração Pública Central (apesar de nas mesmas existirem também medidas de congelamento), como também pelo facto de, durante este período, ter sido necessário recrutar pessoal indispensável para os sectores que, tradicionalmente, estão em permanente crescimento - casos da Saúde e da Educação. Podemos assim dizer que tiveram resultados as medidas de contenção adoptadas pelo Governo Regional nos últimos anos.

A 2ª medida foi a da simplificação adminis-

trativa. Foram dados os primeiros passos neste sentido. Nesta, como em outras áreas, os efeitos não são porém imediatos.

Há que, primeiro, criar um movimento nesse sentido junto dos funcionários e responsáveis da Administração a todos os níveis para que reconheçam a necessidade e promovam essa simplificação.

Há, no entanto, já alguns casos de sucesso conseguidos e, anteontem, o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais aqui deu um exemplo muito claro dos resultados obtidos, nesta área, no sector da Segurança Social.

Outras acções estão, porém, em curso. Reconhecemos no entanto, que os resultados não são ainda significativos e que é necessário melhorar e incrementar a actuação do Governo neste sector.

Toda a gente exige a desburocratização; o cidadão comum tem dificuldades em lidar com a Administração que, em vez de lhe facilitar a vida e de o orientar, lhe cria tantos obstáculos e lhe exige tanta papelada, que o faz desanimar, e desistirem alguns dos que queriam, nomeadamente, investir e criar riqueza.

A 3ª medida, que penso que foi bem conseguida, foi a de desenvolver um largo conjunto de acções conducentes à melhoria do nível profissional dos funcionários regionais.

O elemento humano é indispensável e fundamental em todas as organizações e, nesse sentido, o Governo Regional, através da Secretaria Regional da Administração Pública, realizou mais de 20 acções de formação, cursos e seminários com a particularidade, também aqui já referida, de mais de 50% dos monitores já serem funcionários regionais, aumentando, assim, a nossa independência dos circuitos e das entidades nacionais vocacionadas nesta área.

A 4ª medida foi o início de funções da Inspeção Administrativa Regional, instrumento fundamental para a eficiência e para a luta contra a incompetência e a corrupção na Administração que, sem ser preocupante, verificam-se, no entanto, alguns casos. A Inspeção, apesar dos seus escassos recursos, já desenvolveu, em 1985, alguns inquéritos e processos disciplinares a serviços e a funcionários da Administração Regional.

No âmbito da Administração Local, poderemos indicar as seguintes medidas:

- Foram aprovados no início deste ano, por esta Assembleia, diplomas legais que criam um sistema que permite o apoio financeiro substancial do Governo Regional às autarquias locais, nas obras de abastecimento de água, tendo-se já, este ano, no âmbito deste sistema, entregue aos municípios da Região mais de 150 mil contos.

- O segundo aspecto foi o aumento substancial do apoio directo da Secretaria Regional da Administração Pública às Câmaras Municipais. Esse apoio traduziu-se em deslocações de pessoal técnico, à emissão de pareceres, à realização de reuniões de trabalho, etc.

Acompanhou-se, de perto, a situação económica e financeira das autarquias.

- Promoveu-se, pela primeira vez, reuniões com todos os Presidentes das Juntas de Freguesia da Região, onde foram tratados assuntos de interesse para o funcionamento daquelas autarquias, designadamente as questões respeitantes à actualização do recenseamento eleitoral.

- A Inspeção Administrativa arrancou igualmente com a sua actividade junto dos municípios, tendo-se já realizado, este ano, algumas inspecções ordinárias como a lei obriga.

No âmbito da Protecção Civil, e neste ano de 1985, verificou-se efectivamente um grande incremento na actividade do Serviço Regional de Protecção Civil, tendo-se promovido campanhas de sensibilização a todos os níveis da população. Iniciou-se o trabalho pelas escolas primárias e preparatórias, nos recintos desportivos, na Comunicação Social, com os autarcas, com os responsáveis da Administração Pública, com empresários, etc. Realizaram-se vários seminários e encontros com entidades especializadas em questões relacionadas com a sismologia e vulcanologia, com jornalistas e responsáveis pelos Órgãos da Comunicação Social. Passaram-se ainda alguns filmes na Televisão.

- Concluiu-se a montagem da rede de comunicações de emergência, existindo já, neste momento, em todos os concelhos, rádios que estão ligados ao Serviço Regional de Protecção Civil.

- Adquiriu-se muito equipamento para a Protecção Civil, do qual destaco uma grande aquisição de tendas que serão distribuídas e armazenadas para reserva em todos os concelhos da Região. Foram igualmente gastas várias dezenas de milhares de contos em equipamento para as associações de bombeiros.

Continuou-se com o programa de construção de quartéis, tendo sido inaugurados alguns quartéis para bombeiros.

- Preparou-se com os departamentos do Governo Regional o ante-projecto do Plano Regional de Emergência e colaborou-se igualmente com as autarquias na preparação dos respectivos Planos Locais de Emergência.

"Ninguém é bom juiz em causa própria", mas penso que, apesar de ser possível avançar mais e melhor em determinadas áreas, considero-me moderadamente satisfeito com alguns resultados obtidos e que abrem algumas perspectivas promissoras para o futuro.

Que propomos afinal para 1986?

Em relação à Administração Regional, a experiência ensinou-nos que devemos incidir o nosso esforço com mais insistência na desburocratização e melhoria da eficiência da nossa Administração.

É um processo muito difícil. A Administração Pública em todo o mundo é muito resistente às inovações: é o hábito, é a rotina instalada, são os dirigentes e funcionários que têm medo de perder o seu poder pessoal que ganharam por terem sido criados processos administrativos complexos e pesados de que só eles dominam os meandros, são as leis e regulamentos em todos os sectores perfeitamente desadequados aos nossos tempos.

Pensa-se, em 1986, constituir em cada departamento do Governo Regional grupos de trabalho que, com tarefas previamente definidas e prazos fixados, apresentem ao Governo as medidas que, em cada sector, possam ser tomadas no sentido de simplificar a respectiva actuação.

No sentido de tornar mais transparente e fácil o diálogo entre a Administração e o cidadão, serão criados canais de comunicação que permitam à Administração conhecer aquilo que dela pensa o cidadão comum.

Entre estes sistemas podemos destacar a criação na Secretaria Regional da Administração Pública de um serviço de reclamações e sugestões, ao qual se poderão dirigir todos os cidadãos, expondo os problemas e dificuldades que encontram no seu relacionamento com a Administração.

Essas reclamações, depois de analisadas, serão canalizadas para os respectivos serviços para se tentar resolver os problemas.

Poderá ainda ser utilizada a Comunicação Social, através de espaços especiais destinados ao cidadão para comunicar e expôr os seus problemas.

Será prestado um particular cuidado aos serviços de atendimento e relacionamento com o público.

Não podemos continuar a admitir alguns casos que se verificam de autêntico desrespeito pela dignidade do cidadão que, infelizmente, são cometidos em alguns serviços por funcionários pouco zelosos e sem consciência de que estão ao serviço do público.

Iremos, assim organizar acções de formação para o pessoal com funções de relações com o público e procurar-se-á que as pessoas que venham a trabalhar nesses serviços possuam um perfil psicológico e formação adequada.

Outro grande objectivo que enformará a política do Governo Regional para 1986 será o de moralizar e disciplinar a Administração Regional. A Administração Pública deve ser inde-

pendente, ou seja, deve executar de uma forma isenta as tarefas que competem ao sector público administrativo e não deve estar ao serviço do partido A ou do partido B.

Thomas Moore sintetizava bem essa questão. Dizia que "o funcionário deve ser um bom servidor do Rei, mas deve ser ainda melhor servidor de Deus" - de Deus ou do bem comum, como quiserem.

A admissão do pessoal na Função Pública é um direito reconhecido pela Constituição a todo o cidadão português, sem qualquer tipo de discriminação de sexo, raça, credo religioso ou político. Já vão, felizmente, longe os tempos em que se obrigavam a juramentos de fidelidade ao regime aqueles que queriam prestar serviço na Função Pública. Por isso temos, na Região, criado um sistema de concursos que, necessitando de algumas correcções, é a garantia da transparência das admissões na Administração Pública Regional.

Mas a Administração e o funcionário, para além de independentes, devem agir com lealdade para com o Governo legal e democraticamente constituído, seja ele qual for. Não se pode admitir que a acção de um Governo democraticamente constituído venha a ser boicotado, na execução das suas medidas políticas, por dirigentes ou funcionários de filiação ou simpatias partidárias diversas.

Infelizmente verificam-se, por vezes, situações dessas, em que as decisões políticas não são executadas em tempo, são deturpadas, se provocam artificialmente conflitos e dificuldades no sentido de boicotar ou dificultar a acção do Governo legítimo da Região.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Não admitiremos mais esta situação! Exigiremos lealdade da parte de todos aqueles que trabalham na Administração Regional. Pensamos que se devem louvar os bons funcionários, mas devemos punir os incompetentes e castigar aqueles que actuem de forma pouco transparente.

Essa tarefa será desenvolvida por todos os departamentos do Governo com o auxílio possível da Secretaria Regional da Administração Pública, através da Inspeção Administrativa que terá, forçosamente, de ser reforçada em meios humanos e financeiros.

Iremos ainda alterar, dentro dos limites da Constituição, os diplomas fundamentais que regem a Administração Regional, nomeadamente os de concursos, classificação de serviço, vínculos e carreiras. Tentaremos coordenar a criação de incentivos de forma a evitar distorções e situações de injustiça entre funcionários de diversas carreiras e departamentos.

Em relação à **Administração Local**, o Governo Regional considera e respeita o Poder Local

nos Açores. **Não consideramos o Poder Local concorrente do Poder Regional.** Ambos têm a sua esfera de competência e atribuições próprias.

Entendemos, por isso, que as competências, os recursos financeiros, a divisão de responsabilidades quanto a investimentos entre a Administração Regional e a Local devem estar claramente estabelecidas em lei. Só assim se dignifica o Poder Local e este é efectivamente autónomo.

É por isso que reconhecendo que as autarquias por si só não poderiam fazer face aos encargos com as obras de abastecimento de água, que o Governo ficou autorizado por esta Assembleia para cooperar com as Autarquias Locais neste sector. Para 1986 o Governo dispõe, para esse fim, de 500 mil contos dos quais 400 mil serão para obras novas que já se encontram identificadas e que estão a ser objecto, neste momento, de análise e selecção.

Iremos clarificar a distribuição de competências entre a Administração Regional e a Administração Local, designadamente quanto à iluminação pública e ensino.

Iremos apresentar no início de 1986 a esta Assembleia um diploma que irá alterar os índices de distribuição das verbas oriundas do Orçamento Geral do Estado pelas autarquias, onde sejam atendidas, dentro do possível, às particularidades de alguns concelhos da Região. Serão implementados os planos de reorganização de serviços municipais, já preparados este ano em trabalho conjunto da SRAP e das Câmaras Municipais.

Serão promovidas - e neste sentido sossegue o Sr. Deputado João Carlos Macedo - acções de apoio aos novos autarcas (municípios e freguesias) que sairão das próximas eleições de 15 de Dezembro. Todos sabemos que a maior parte dos autarcas, principalmente a nível de freguesia, não se encontram familiarizados, nem é essa a sua obrigação, com as tarefas que as funções de autarcas lhes impõem. É nossa preocupação, logo desde o início dos respectivos mandatos, de lhes fornecer as informações e meios para poderem, à partida, conhecer as suas atribuições, a burocracia própria das Juntas de Freguesia, a documentação e certificados que tenham eventualmente de emitir. Finalmente, quanto à Protecção Civil, o Governo irá aprovar, em 86, o Plano Regional de Emergência onde ficarão estabelecidas as obrigações e tarefas detalhadas que cabem a cada departamento do Governo em caso de catástrofe.

- Serão apontados **os Planos Municipais de Emergência**, tarefa essa já a iniciar em 1986.

Iremos, em colaboração com os Serviços da Segurança Social, informatizar os meios e recursos existentes a nível de Região e concelho, permitindo assim a sua rápida gestão a nível de município e ilha, ligando, por um sistema

informático, todos os concelhos ao Serviço Regional de Protecção Civil.

- Iremos incrementar as acções de sensibilização da população, a todos os níveis, criando uma verdadeira consciencialização para toda esta temática da Protecção Civil. Não se trata de assustar ou alarmar as pessoas! Entendemos que um cidadão previamente esclarecido reage melhor e está mais apto a sobreviver e a colaborar na recuperação da sua comunidade, do que um cidadão ignorante que entrará normalmente em pânico e que, ficando completamente desorientado, em vez de ajudar, dificulta.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Estes são, em termos necessariamente gerais, os principais objectivos a atingir em 1986.

Iremos, com imaginação e energia, tentar cumpri-los.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para pedidos de esclarecimento.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

É para duas breves questões que julgo oportuno colocar aqui.

A primeira é a seguinte:

- Está a ser aplicado na Região o diploma de Agosto que regulamenta as carreiras da Função Pública? Se não está, porquê?

A resposta seria expressamente destinada ao Sr. Deputado Francisco Sousa, que sugeriu esse tipo de pergunta porque já não tem tempo. De qualquer maneira subscrevo a pergunta.

A 2ª questão relaciona-se com a temática da Protecção Civil.

O Sr. Secretário teve a oportunidade de dar conta do ponto da situação no sector. Nós todos temos conhecimento da grande actividade teórica desse novo serviço, todos depositamos nele grandes esperanças, só que julgo que teve lugar recentemente um acontecimento, por acaso no aeroporto das Lajes (que não sei se é do total conhecimento do Sr. Secretário), com um avião de bandeira estrangeira que aterrou lá em situação de emergência e que foi objecto de todas as práticas inerentes a um sinistro - inclusivamente daí resultaram alguns feridos.

Não sei se o Sr. Secretário está a par do que se passou mas, pela minha parte, poderei adiantar alguns elementos que julgo interessantes para a reflexão.

Para já, julgo que aquele facto tem uma certa importância porque se tratou de um sinistro, felizmente dele não resultaram consequências graves, e, portanto, em vez de muitas vezes se simularem situações com algum dispêndio de

verbas e, de resto, como são simuladas pressupõem sempre alguma preparação (são os tais improvisos preparados) mas, no caso concreto, foi uma situação que se deparou, mesmo com todo o seu carácter imprevisível, ainda por cima com cidadãos estrangeiros e, portanto, com um certo à vontade para se actuar, e o que aconteceu julgo que não nos dá aquelas garantias que seria talvez de esperar.

Como sabem, o destacamento americano praticamente é que assumiu todas as operações; os 13 feridos nem passaram pelo conhecimento das autoridades de saúde da Região; foram totalmente controlados pelo destacamento americano; deram entrada no Hospital americano e foram levados por enfermeiros americanos e assistidos, por esses mesmos enfermeiros, na aerogare civil das Lajes até ao reembarque. Inclusivamente, o destacamento americano enviou serviço de apoio com bolos e café que, por algum brio dos funcionários da SATA, (que eu saiba) acabou por não ser utilizado porque, digamos, expulsaram esses elementos que lá iam apoiar os sinistrados com alimentação e algum conforto.

Portanto, julgo que era uma matéria de certo interesse como reflexão e como meio de avaliar qual foi a resposta da nossa máquina de serviços, do nosso sistema de emergência num caso daquela natureza.

Eu sei que alguns serviços de âmbito regional protestaram, ou deram conta minuciosa do que se passou junto da tutela (é o caso, por exemplo, de serviços no âmbito da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais) mas julgo que era importante alguma reflexão sobre isso porque, por um lado, dá-nos alguma tranquilidade saber que os nossos vizinhos e amigos norte-americanos, que estão efectivamente preparados para essas coisas, que sabem actuar nessas matérias, estejam atentos e, no fundo, se alguma coisa nos acontecer, aí de nós se não tivermos a protecção imediata da máquina, mais que não seja militar e de apoio para-militar, dos Estados Unidos.

Mas parece-me que, uma vez que a Região está a fazer um esforço grande nesse domínio, e se isso teve lugar numa ilha que até tem apoios e infraestruturas (e nós sabemos que a Ilha Terceira é daquelas que mais tem nesse domínio, felizmente) e que tudo isso se tenha passado à margem do nosso próprio sistema de socorro, do nosso sistema de Protecção Civil, julgo que isso merece uma grande reflexão. De qualquer maneira, se o Sr. Secretário não tiver elementos para me fornecer nesta reunião, agradecia que, de futuro, pela forma que melhor entender, me esclarecesse neste domínio.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Administração Pública para responder a estes pedidos de esclarecimento.

Secretário Regional da Administração Pública

(António Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação à primeira questão, esclareço que o diploma - a que o Sr. Deputado Francisco Sousa por interposta pessoa se refere - é um diploma que se aplica directamente à Administração Regional. No entanto, há necessidade de regulamentar - o que num próprio artigo se estabelece e do qual agora não me recordo - a competência administrativa referida naquele diploma. No fundo, referir quais os departamentos na Administração Regional que têm determinadas competências.

O diploma é aplicado desde já, e posso-lhe dizer que já estão em curso algumas alterações de leis orgânicas e de quadros de pessoal, onde são consagradas já as inovações que o próprio diploma estabelece. Tenho também intenção de apresentar em Janeiro, ou seja, na próxima Sessão desta Assembleia, uma proposta de decreto legislativo regional onde serão regulamentados os tais aspectos referidos nesse diploma. Terá que entrar em vigor na data em que o próprio diploma nacional estabelece, visto que o diploma se aplica imediatamente à Região, não sendo um diploma que, posteriormente, seja aplicado por diploma regional - isto é em relação à primeira questão.

Em relação ao segundo aspecto, devo dizer que tenho conhecimento do que se passou na aerogare das Lajes. Pelo que sei, a evacuação de um "Jumbo" com 350 passageiros foi feita em 85 segundos e, por isso, é perfeitamente óbvio que tenha havido feridos porque parece que uns saíram de cabeça, outros saíram com os pés, etc.

De qualquer maneira sei também que a resposta foi dada pelas entidades americanas... e foi dada de uma forma muito rápida!

Devo ainda esclarecer que a Protecção Civil é um sistema e não um serviço que tem que estar dotado com meios humanos e materiais para socorrer.

É uma cabeça e tem um sistema, ou seja, várias entidades e vários organismos que contribuem para a Protecção Civil - entre elas as Forças Armadas.

Temos, neste momento, em apreciação, junto do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, um protocolo que estabelece a possibilidade de cooperação das Forças Armadas Portuguesas dos vários ramos - e também as Forças Armadas Americanas - no âmbito da Protecção Civil.

Penso que, em relação à questão da aerogare do aeroporto das Lajes, atendendo à sua grande dimensão, ao movimento de aviões, à necessidade de - para fazer face a qualquer eventualidade - adquirir e de montar um sistema extremamente caro, sofisticado, e que não temos talvez, neste momento, preparação para montar, eu penso que a melhor via - e aliás posso-lhe dizer que isto foi até sugerido e merece o acordo do Comando Aéreo dos Açores que é a entidade que dialoga,

para estes efeitos, com as Forças Armadas dos Estados Unidos - será o estabelecer um protocolo, um acordo entre o Governo Regional/Serviço de Protecção Civil e as Forças Armadas Americanas no sentido de serem eles a assegurar, de uma forma institucionalizada, o socorro a casos e a acidentes que, eventualmente, venham a ocorrer na Base das Lajes.

Por conseguinte, penso que a solução será, como disse, estabelecer um acordo com as Forças Armadas dos Estados Unidos que, integradas no nosso sistema, digamos, sob a nossa orientação - mas no caso concreto da Base das Lajes porque eles têm meios, porque têm os recursos e experiência - poderem colaborar connosco nesta área.

Penso que é por esta via que nós vamos avançar. É a via mais económica e talvez, neste momento, mais eficiente. Isto não é delegar nas mãos de estrangeiros uma competência nossa mas, sim, integrá-los no nosso sistema. Eles estão dispostos a colaborar e, segundo as nossas próprias regras, num caso muito específico de um acidente de avião na Base das Lajes, eles poderão realmente colaborar connosco e fazer face à emergência.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Essa leitura do Sr. Secretário coincide com a minha visão pessoal e, inclusivamente, com o conhecimento que nós todos temos de alguma superioridade que o destacamento americano, lógica e naturalmente possui, de actuação numa área para a qual ele está vocacionado e preparado e, de resto, com serviços cuja função é realmente aguardar esse tal sinistro.

O que me parece importante - e numa linha que julgo que é comum a todos nós - é efectivamente salvaguardar minimamente a dignidade e as regras de jogo, sobretudo num caso daqueles que teve lugar numa área claramente da jurisdição regional, em que a movimentação se deu na parte da aerogare, e, portanto, julgo que as nossas entidades regionais, através de quem de direito, deveriam, de facto, ter acompanhado melhor o processo.

Aliás, eu estou aqui, em certa medida, a dar conta de uma situação que constatei, por mero acaso, na própria aerogare, e verifiquei a insatisfação de muitos responsáveis de serviços regionais que, realmente, se sentiram demasiado marginalizados. Uma coisa é reconhecer a capacidade operacional, no caso concreto dos serviços do destacamento americano; outra coisa é as pessoas sentirem-se relativamente humilhadas pela forma como as coisas se passam. De resto, nós temos já experiências - a própria experiência que decorreu aquando do sismo de 80 é-nos muito valiosa nesse domínio - e o reconhecimento, julgo que de todos nós, em relação aos serviços prestados

pelos norte-americanos, é o melhor. Só que, também aí, houve alguns abusos, que são naturais de quem muitas vezes usa uma farda perante pessoas que são paisanas.

Portanto, era só nesse domínio que me parecia que as coisas deviam ser acauteladas, até porque, nalgumas áreas (é bom dizer!) a eficácia dos serviços norte-americanos não é brilhante, e uma delas é na área da saúde, como o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais deve saber melhor do que eu. Efectivamente, eles próprios deslocam-se com frequência ao estrangeiro para pequenos tratamentos que se fazem, por exemplo, nos hospitais regionais, com a maior das eficácias. Mas eles, por si, vão facilmente à Alemanha ou aos próprios Estados Unidos sujeitar-se a pequenas intervenções ou a pequenos tratamentos.

Ora, tudo isso também denota que a nossa inferioridade (relativa, vamos lá!) não é em todos os sectores. Há áreas onde temos uma capacidade de resposta substancialmente mais eficaz do que o próprio departamento dos Estados Unidos. Portanto, é uma questão de haver uma maior coordenação na actuação. O facto do sinistro ser na pista, pois obviamente que eles aí têm acção prioritária e avalizada nessa área.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel de Melo.

Deputado Manuel de Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de dar um esclarecimento ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro na sequência daquilo que afirmou acerca da emergência que houve no aeroporto das Lajes. Se os americanos actuaram, actuaram devidamente porque a eles compete a segurança da Base Militar das Lajes. Há uma participação civil simplesmente na utilização das pistas, e a parte operacional de passageiros é civil.

Em todos os aeroportos da rede nacional há um pólo de emergência que prevê a actuação de diversas entidades (entre elas está a Protecção Civil) mas só depois de usados os meios do aeroporto (em caso de aeroportos civis) é que se começam a chamar as diversas entidades que podem intervir. Neste caso não houve necessidade porque a obrigação era deles devido ao estatuto militar da Base das Lajes, mas se houvesse um plano civil de emergência para a parte civil das Lajes nessa ocasião entrava a Protecção Civil.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Adelaide Teles para uma intervenção.

Deputada Adelaide Teles (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Após o estudo que fiz do Plano para o próximo ano, concluí que se encontra elaborado na base do Plano a Médio Prazo 85/88, aprovado por esta Assembleia Regional.

Se, com agrado, se verifica que na Região passou a haver desde 1980 um relativo crescimento da população, não podemos deixar de referir que essa subida se deu nas ilhas de maior mercado de trabalho.

É necessário que se olhe de uma maneira especial para as ilhas com menor índice populacional, de modo a que nelas aumente a população activa.

A preparação, que tem sido dada no Centro de Formação Profissional da Região, tem permitido integrar no mercado de trabalho inúmeras pessoas.

É necessário que os nossos jovens queiram aproveitar dos cursos que lhes são postos à disposição e que depois encontrem na sua própria ilha postos de trabalho. E isto, em parte, depende do Governo, mas também e principalmente da iniciativa privada.

Na proposta do Plano constata-se diversas acções a desenvolver no sentido de descentralizar alguns cursos, tais como os de agro-pecuária, de restauro e de sapataria, e a abertura de novos cursos nas áreas da construção civil, metalomecânica, informática, agro-pecuária, mecânica-auto, pescas-frio e outros.

As acções de formação abrangerão o artesanato e o turismo. Considera-se de extrema importância que se dê muita atenção à formação nestes dois sectores que se revestem de grande interesse.

O artesanato é uma actividade que pode ser desenvolvida na própria casa, sem horário rígido, e poderá contribuir para uma melhoria da situação económico-financeira das famílias.

A propósito de Turismo, torna-se necessário concluir em 1985 a obra da GRACITUR já iniciada.

Este objectivo pode ser perfeitamente conseguido, uma vez que o prazo de 360 dias para a conclusão da obra é garantido por uma empresa construtora. Para tal é necessário que se acabem as indefinições sobre o assunto, uma vez que a construção desta unidade hoteleira se vem arrastando desde o 1º Governo Regional e a afluência de visitantes à ilha Graciosa tem aumentado substancialmente desde a existência do aeroporto.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo:

Nunca serão demais todas as acções de formação, de actualização e de sensibilização destinadas aos mais diferenciados funcionários, de uma maneira muito especial aos agentes de educação e aos profissionais de Saúde e da Segurança Social.

Foi com grande atenção e agrado que anteontem ouvi a intervenção do Senhor Secretário Regional dos Assuntos Sociais que mereceu o nosso apoio. Quero contudo salientar que consideramos de grande importância que os utentes conheçam os direitos e deveres que têm no sistema de Segurança Social, bem como a intenção do Governo, que é também nossa, de que a Acção Social deverá ter cada

vez menos uma função reparadora para ter funções preventivas e de promoção. As referências que o Sr. Secretário fez em relação ao papel da Família, das Instituições Particulares de Solidariedade Social e das Sócio-Caritativas da Igreja estão de acordo com a nossa maneira de pensar e com a ideologia social-democrata.

É com agrado que se verifica que no Plano para 1986 constam as construções do Hospital de Ponta Delgada e dos Centros de Saúde de Angra do Heroísmo, Vila do Porto, Nordeste, Calheta e São Roque do Pico. Consideramos de grande interesse estas realizações.

Contudo, não posso deixar de lamentar que, de ano para ano, se vá adiando as obras de ampliação de outras unidades de saúde e, entre essas, conta-se o Centro de Saúde da Graciosa que não tem capacidade para dar resposta às necessidades.

É lamentável que este empreendimento, como ainda alguns dos outros, que têm vindo a ser inscritos nos Planos do Governo, não tenham sido realizados.

É necessário que se façam todos os esforços para que as dificuldades surgidas sejam ultrapassadas e o Governo consiga os objectivos a que se tinha proposto.

Contudo muitas realizações têm sido levadas a cabo, as quais têm contribuído para a mudança das condições de vida dos açorianos.

Empreendimento de alta relevância foi, sem dúvida, o da Escola Preparatória de Santa Cruz da Graciosa com um pavilhão gimnodesportivo anexo. Com a construção desta escola e de outras que se construíram e se estão construindo em toda a Região, o Governo teve a intenção de tornar possível a todos os jovens o acesso ao ensino. Assim tem vindo a corrigir as desigualdades e a dar iguais oportunidades a todos. Hoje nenhum aluno necessita de sair da sua ilha, nem do convívio dos pais para, num meio completamente diferente do seu, obter não só a escolaridade obrigatória de 6 anos mas também o 9º Ano de escolaridade, com excepção dos alunos do Corvo.

Mas as escolas foram projectadas e construídas pensando no futuro, embora isso custe a alguns Velhos do Restelo - felizmente poucos - que, pelo facto de não terem tido no seu tempo as oportunidades de agora, consideram que alguns desses empreendimentos poderiam ter sido de menores dimensões. Mas, a opinião de esses amigos de "si próprios" e "invejosos do bem dos outros", é rejeitada pela **maioria** do povo - e neste caso não me refiro a maiorias partidárias. A política seguida pelo Governo dos Açores é considerada correcta mesmo por aqueles que não o afirmam, porque não querem, ou porque não lhes convém.

Os graciosenses, como muitos outros açorianos, estão contentes porque os filhos estudam na sua própria ilha e porque há uma série de apoios

- transportes, refeições e outros fornecidos pela Acção Social Escolar.

Mas à medida que vão surgindo professores com habilitação própria, quer saídos da Universidade dos Açores, quer vindos do Continente, constata-se que o nível de ensino vai melhorando e deseja-se que o curso complementar seja ministrado em todos os concelhos.

Esta aspiração começou já a ser concretizada nas ilhas e nas áreas em que havia condições.

No início deste ano lectivo, aquando da abertura solene das aulas na Escola Preparatória da Graciosa, o Senhor Secretário Regional da Educação e Cultura prometeu que irão ser criados, também naquela escola, o 10º e 11º anos de escolaridade nas áreas para as quais houver professores. Esta notícia foi então acolhida com grande satisfação e, neste momento, os pais dos alunos aguardam com grande expectativa que seja possível a concretização da promessa do Senhor Secretário, a qual irá contribuir para que os jovens não se desliguem tão cedo da família e se sintam mais presos à sua terra natal, possibilitando, também, que alguns deles consigam obter maior habilitação académica, já que, devido a dificuldades financeiras, não lhes é possível frequentar as escolas secundárias das cidades.

Contudo, comungamos das mesmas preocupações do Governo e por isso apoiamos e defendemos os seus critérios. Os cursos devem funcionar se e quando houver um corpo docente que garanta ensino capaz, o que me parece concretizável, quase de imediato, dado que tenho conhecimento de que há um razoável número de professores, com habilitação própria, interessados em leccionar na Graciosa.

No que concerne à habitação, os programas de auto-construção, de recuperação de habitação degradada e de promoção do sector cooperativo têm permitido que muitas pessoas tenham casa própria.

Os programas do GAR permitiram a reconstrução de casas destruídas e de outras danificadas pelo sismo que se fez sentir em 1 de Janeiro de 1980 em 3 das nossas ilhas. Mas nem tudo está feito. Algumas da Graciosa não foram recuperadas, porque os seus proprietários se encontravam emigrados e há ainda aquelas que ficaram sem solução por pertencerem a pessoas idosas e de fracos recursos.

Naquela ilha há também muitas casas desocupadas e a degradar-se, enquanto vários jovens, que querem casar, não encontram habitação.

O Senhor Secretário Regional do Equipamento Social já nos informou que irá ser criado um mecanismo novo que beneficie essa classe etária.

Merecem a nossa concordância não só os objectivos constantes do Programa 20 e que visam apoiar a construção no sector habitacional, como todos

os Programas do Plano e que, por falta de tempo, não me é possível abordar.

Tenho dito.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Castanheira.

Deputado Jorge Castanheira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Perante a análise e discussão de dois documentos tão importantes para a vida pública regional para o próximo ano, não quero deixar de tecer aqui algumas considerações, embora breves, mas que julgo importantes.

As propostas do Plano e Orçamento para 1986, espelham, como não podiam deixar de espelhar, a filosofia de uma governação social-democrata e contêm, a nosso ver, um conjunto de acções e programas indispensáveis ao desenvolvimento regional.

De resto, outra coisa não seria de esperar, muito embora, algumas vezes embebidos no diálogo e no debate parlamentar, alguém se iluda sobre que política deva ser imprimida nesta Região. O Plano é um documento de natureza essencialmente política e reflecte um programa partidário, e não tem nada que ser sujeito a sugestões da oposição e não tem nada que ser sujeito a rectificações, porque consubstanciam ideias políticas contrárias às nossas. Não se trata, efectivamente, de nenhuma proposta de decreto legislativo regional, nem de nenhuma proposta que contemple regulamentações de outra natureza.

O Poder Social Democrata está no poder para aplicar o seu programa, que está consubstanciado no horizonte temporal para 86, no Plano e Orçamento em apreciação nesta Câmara. A este respeito estamos entendidos e não vamos embarcar no navio da fantasia, Sr. Deputado Carlos César! A embarcar nalgum navio, embarcaremos "no barco do amor" que o Sr. Deputado Manuel Serpa quer para o Pico.

(Protestos da bancada do PS)

O Orador: Este, Sr. Deputado, é fruto de uma política nossa acertada. É com este Plano que vamos trabalhar, e estamos mais animados pela vontade de o executar do que agarrados ao muito que já fizemos, porque estamos esperançados que as medidas que o Plano contempla vão contribuir para o desenvolvimento que queremos e para o salto qualitativo indispensável que a integração europeia vai exigir.

A programação deste Plano encontra-se devidamente articulada na do Plano a Médio Prazo 85/88, mas o horizonte da sua aplicação coincide com o ano da integração de Portugal na Comunidade, o que implicará, desde logo, que a agregação de esforços dos Açorianos à volta de objectivos tão importantes, como produtividade, rentabilidade do emprego e do investimento, deva ser aumentada.

Se não o fizermos, podemos caminhar para uma dependência que é contrária ao projecto de desenvolvimento que defendemos.

Vamos entrar no 10º ano de governação, e sentimos que o Plano para 86 retrata o compromisso que assumimos: comprometendo a social-democracia, as medidas nele contempladas ajustam o desafio económico ao desafio social; comprometendo-nos a atingir objectivos de promoção do emprego, de fomento do investimento produtivo gerador de mão-de-obra intensiva e de manutenção do investimento nos sectores sociais ao nível dos anos anteriores, aceitámos o desafio com ânimo e vontade política.

No campo económico prevê o Governo apresentar a esta Assembleia um conjunto de propostas legislativas, no domínio fiscal e financeiro, que têm como finalidade atingir os objectivos que referi.

À criação de postos de trabalho é dada a ênfase que a nossa sociedade mostra.

Independentemente dos números que se pretendem ver atingidos, ou como lá se chegou, o certo é que todos nós no dia a dia convivemos com o problema do desemprego.

Todos nós fazemos a leitura exacta, com mais ou menos tantos %, que urge criar condições para que a população jovem se fixe nestas ilhas e que contribua activamente para melhorar as condições de vida nesta Região. É pois o desafio que se coloca, e particularmente aos agentes económicos e ao Governo, que compete apoiar com a maleabilidade e a eficiência que são desejáveis.

A rigidez de um esquema de incentivos prejudicará os seus fins. O que importa, acima de tudo, é tornar rígida a fiscalização dos apoios concedidos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A nossa vontade política de desenvolver esta Região, tem a sua capacidade de execução limitada.

Mesmo possuía de avultados recursos financeiros, a Região tem a sua capacidade de execução limitada, pela sua dimensão humana, física e técnica, limitações estas que só seriam possíveis de esconder e ultrapassar no reino da utopia.

Há muito mais para fazer; algumas coisas não tiveram o êxito que esperávamos, mas concordamos que, o essencial e o possível de programar num horizonte temporal de um ano, está previsto no Plano para 1986.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Para além dos programas e projectos que têm expressão financeira no Plano e Orçamento, existe um conjunto de acções que, ultrapassando a própria dinâmica do planeamento, não se encontram pormenorizados, mas constituem grandes remédios para problemas que se situam nas camadas mais desfavorecidas e que devem constituir, para nós, uma preocupação constante!

Não me vou alongar nesta questão, uma vez que considero que a riqueza das intervenções nesta Câmara sobre situações de pobreza foram bastante esclarecedoras. Existem, porém, algumas situações específicas de pobreza acentuada nas Ilhas de S. Miguel e Terceira, e em S. Jorge de forma mais localizada, que importa atacar.

A vocação operacional de vários departamentos do Governo para estes casos tem que ser reforçada e melhorada. Porém, os casos de marginalidade, de alcoolismo, de malandrice, devem ser separados daqueles em que o trabalho honrado não chega para alimentar convenientemente a família.

Em relação aos casos de marginalidade, a nossa preocupação deriva, não de serem ou não maquiavélicos inimigos partidários, mas sim de estarem a contribuir para a desgraça de quantos não tiveram a culpa de vir a este mundo.

São preocupações de ordem humana e moral elevadas e, nunca, vinculadas à militância ou simpatia partidária que o Partido Social Democrata nunca assumiu nem virá a assumir.

Mas é também enquanto Governo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que nos preocupamos com o outro tipo de pobreza que nada tem a ver com a de natureza marginal.

Nesta matéria, a nossa filosofia política defende que se há que impôr sacrifícios hoje, para melhorar o amanhã, não são os mais desfavorecidos que os devem suportar.

Sobre este aspecto cabe-me aqui realçar dois factos:

1º- As situações de carência alimentar de muitos alunos do ensino primário foram objecto de particular atenção e as medidas já tomadas a nível de reforço da merenda escolar, embora não resolvam inteiramente o problema, minimizamo-o. As nossas felicitações ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura por esta medida casuística.

2º- Queria aqui registar e felicitar a intervenção, nesta Câmara, do Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais, assim como a sua entrevista aos Órgãos da Comunicação Social, na semana passada, porque, no fundo, governar também é saber ouvir e aceitar que, por vezes, algo da nossa responsabilidade não vai tão bem quanto queríamos, apesar do nosso esforço e da nossa luta para que as coisas melhorem. O que falta agora é agir e, sobre isso, não temos dúvidas!

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Termino, animado na esperança de que esta Assembleia vai continuar a nobre tarefa de acompanhar a acção do Governo.

Só assim corresponderemos ao que de nós espera a população, que aqui representamos.

Só assim nos sentimos corresponsabilizados

pelo caminho percorrido.

Só assim o desafio da responsabilidade, que aceitamos perante a autonomia e o desenvolvimento dos Açores, será, decerto, igualmente correspondido.

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, acabaram as inscrições para intervenções na discussão destes documentos, de forma que vamos passar ao encerramento do debate nos termos do artigo 4º.

Assim sendo, dou a palavra ao Sr. Deputado Decq Mota para, como representante do Partido Comunista, fazer o encerramento. Poderá usar da palavra pelo período máximo de 10 minutos.

Deputado Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Nesta intervenção final há que procurar fazer um breve balanço do debate.

Uma vez mais há que referir que, enquanto esta Assembleia mantiver a decisão tomada pela maioria, de só discutir e de só votar o Plano e Orçamento na generalidade, o debate tomará sempre a forma de um quase ritual, onde os elogios indiscriminados se combinam com os recados ocultos ou com a crítica aberta.

A maioria da Assembleia dirá mais uma vez um vago e geral sim em relação a todo o Plano, a todos os programas, partindo do pressuposto que o que vem do Governo é infalível e intocável.

Atrevo-me mesmo a dizer que só haverá razão palpável para acreditar nas sempre repetidas manifestações de intenção do Governo e do PSD em incrementar o diálogo político, quando a este nível institucional houver uma correspondência tal que venha a ser possível a discussão do Plano, na especialidade, programa por programa.

Esta Assembleia, com deputados de todas as ilhas, está em ótimas condições para introduzir factores de equilíbrio, retirar factores de desequilíbrio, pesar em pormenor algumas prioridades, etc. Essa discussão nem sequer levantaria problemas de fundo em relação à orientação política pois o proponente, que é o Governo, é suportado na Assembleia por uma folgada maioria absoluta.

Essa discussão permitiria sim que todos e cada um dos intervenientes neste processo se assumissem, real e objectivamente, como factores de harmonização de situações diferentes, harmonização essa indispensável para que este Arquipélago assumia de forma irreversível o conteúdo de uma Região.

Este Plano reafirma a orientação da política económica do Governo, favorável ao aprofundamento acelerado do domínio da economia por uma classe restrita.

Este debate demonstrou, cabalmente, uma

vez mais que a filosofia social que enquadra a política do Governo é por demais conservadora e determina em boa medida o comportamento sobranceiro que o Governo toma em relação a muitos problemas concretos e que dizem respeito a larguíssimas faixas da população.

Este Plano, parte integrante do PMP, mas também de algum modo ponte para a CEE, reafirma globalmente a política do PSD e do seu Governo e não propicia qualquer pista que aponte no sentido de uma maior racionalização e justiça.

Como afirmei em relação ao PMP, o que está em causa, do nosso ponto de vista, é a articulação de todos os programas, seus projectos e sectores, à volta de princípios orientadores e visando determinados objectivos dos quais discordamos. Daí a nossa não aceitação do Plano.

Senhor Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Deputado do PCP, dentro da linha de orientação que sempre assumiu nesta Assembleia, procurou trazer ao debate do Plano, como tem feito em todos os outros debates, uma perspectiva política e social que se liga de forma indissolúvel aos interesses objectivos de todas as classes e camadas sociais laboriosas e desfavorecidas.

Esta perspectiva política e social incomoda os que concebem, promovem e executam a política expressa no Plano. Daí que, com frequência, e também neste debate, surja todo o tipo de argumentos marginais no sentido de tentar "anular" a participação do PCP neste debate institucional.

Desde as afirmações inspiradas no mais irracional e primário anti-comunismo e que visam continuar a alimentar essa área privilegiada da acção ideológica da classe dominante, até às estafadas afirmações de má-fé, desonestidade, falta de empenho, etc, tudo isso esteve presente nos esforços tendentes à anulação da posição essencial que aqui trazemos.

Só que continuaremos, placidamente, firmemente, empenhadamente, a trazer a este, que é o mais importante órgão de Governo próprio da Região Autónoma dos Açores, a perspectiva política e os princípios sociais que defendemos e pelos quais lutamos com toda a energia.

Este debate teve o mérito de demonstrar que, na situação política regional de hoje, que não é rigorosamente a mesma de ontem, o Governo Regional é **já obrigado**, embora não o queira reconhecer, a ter em conta a acção, a pressão, a denúncia e as propostas que as forças políticas que se lhe opõem e as forças sociais que, cada vez mais, se organizam, desenvolvem e apresentam.

Este debate teve, também, o mérito de mostrar, que o Governo Regional tem hoje menos possibilidade do que ontem de transformar o

Plano Regional em documento de propaganda geral, destinado a deixar na sombra os problemas reais e concretos, encobertos por uma enorme massa de afirmações, análises e programas, muitos dos quais, de forma repetitiva, são lançados à opinião pública.

A evolução da situação regional nos últimos tempos está intimamente ligada, por um lado, ao não cumprimento de muitas promessas expressas em muitos Planos e programas e, **por outro lado**, e principalmente: ao facto de a política económica e social do Governo Regional se afirmar, cada vez com mais clareza e sem disfarces, como uma política orientada a favor de uma parte muito restrita da população.

O partido maioritário mantém ainda, indubitavelmente, uma posição política forte, mas a par disso, e de forma indesmentível, o descontentamento social tem crescido de forma cada vez mais nítida e até quantificável.

A evolução da situação política regional no último ano está intimamente ligada aos resultados concretos de uma política que cada vez mais se percebe que é, globalmente, incorrecta.

Muitas vezes tenta-se levar estes debates apenas para um balanço abstracto de índices, percentagens, taxas, números e estatísticas - esquecendo que os resultados das políticas, se são assim medidos, também o são, e são-no principalmente, pelas transformações socialmente úteis que conseguem ou não.

A política do Governo Regional dos Açores do PSD não tem em vista uma transformação social basicamente favorável a todos quantos vivem do seu trabalho e, por isso, o Plano que nos é presente não pode ter a aprovação da Representação Parlamentar do PCP.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de deixar claro ser nossa ideia estar a proposta de Orçamento para 1986, como sempre, resumida a dois breves quadros acompanhada por um relatório mais cuidado e mais circunstanciado.

Este Orçamento é a resultante financeira da política do Governo e em muitos dos seus aspectos e globalmente não lhe podemos dar o nosso acordo.

Gostaria, no entanto, de deixar claro, que, em completa consonância e coerência com a posição de defesa do sistema autonómico constitucional o PCP tudo fará, nas várias instâncias e níveis de intervenção onde actua, para contribuir no sentido de que o Estado cumpra as obrigações constitucionais e estatutárias de financiamento do déficit do Orçamento Regional.

Esta nossa posição não resulta de qualquer concordância global, que não temos, em relação ao Orçamento, resulta, antes, do facto de pensar-

mos que este Orçamento **sendo errado, é legítimo**, porque é o que resulta do funcionamento dos órgãos de Governo próprio da Região.

Disse. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro em representação do CDS.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Da análise deste Plano para 86, pouco mais nos restava acrescentar ao que já fora dito em relação a documentos anteriores, nomeadamente aos Planos de Médio Prazo e de 1985.

Porém, impõe-se observar que, em boa medida, o Governo se limitou a tirar fotocópias do Plano anterior.

Esta atitude revela algum descuido da elaboração deste documento e demonstra o carácter genericamente intemporal de que se reveste a tradicional programação do Governo.

Por outro lado, não se pode admitir que se diga tão pouco em relação a projectos e situações que, pela sua dimensão ou gravidade, exigiam uma cuidada abordagem e um pormenorizado desenvolvimento.

Não se pode aceitar que o Plano preveja, por exemplo, na energia, uma verba superior a 1 milhão e 300 mil contos para investimentos no sector electroprodutor, quando não se faz a mínima menção às suas aplicações.

Estamos perante uma grave omissão e mais um retrocesso na qualidade da informação fornecida.

Assim, esta Assembleia não pode deixar de se sentir lesada nas suas competências, pois que este procedimento revela que o Governo apenas pretende um grande aval com o mínimo de compromisso. Se esta Assembleia fosse um pouco mais exigente em relação àquilo que aprova, a preocupante situação de projectos como o Geotérmico e a chamada Zona Franca de Santa Maria, entre outros, talvez fosse diferente.

Mas ao nível dos grandes objectivos do Plano, o Governo introduziu uma inovação: incrementar o emprego.

A este respeito, o facto de se quantificar os efeitos deste Plano em cerca de 2.000 novos empregos, não se encontra suficientemente justificado. Pelo contrário, se compatibilizarmos as várias metas e projecções incluídas nos documentos, fica-se com a ideia de que se vai assistir a um agravamento significativo do desemprego na Região. Aliás, os elementos mais seguros para este receio derivam da prevista libertação de mão de obra no sector agrícola em convergência com o natural crescimento da procura de emprego.

Por isso, a promoção deste magno problema, a primeira página do Plano, só pode encontrar justificação na tentativa do Governo Regional

dar uma certa satisfação a largos sectores da nossa população, nomeadamente às camadas mais jovens. Só que o Governo prometeu um futuro risonho para os nossos jovens e, até à apresentação do presente Plano, o desemprego nos Açores praticamente duplicou e atingiu, por irónica coincidência, sobretudo esses próprios jovens.

A este respeito importa referir o facto de, o grande empregador dos primeiros anos da autonomia, não conseguir manter a sua função reguladora do mercado de trabalho, uma vez que já não absorve os volumosos contingentes de funcionários e agentes da mais variada espécie.

Aliás, a este fenómeno do desemprego crescente não é alheio o fracasso da política do Governo na criação de condições para o incremento e dinamização do investimento privado.

Passados estes anos, autenticamente perdidos, vem o Governo, felizmente, agora, reconhecer que é preciso proceder a profundas alterações nesta importante área.

Mas, por outro lado, as Associações mais representativas dos Investidores Açorianos, na área do Comércio e da Indústria, não estão minimamente concordantes com as linhas de política que o Governo apresenta para 1986. É a insuficiente clareza das propostas, a indefinição das actuações, a confusão das políticas. No fundo, é o descrédito que a política do Governo tem gerado nesta área.

Em suma, temos de o admitir: é fácil criar empregos à custa do crescimento das despesas públicas de funcionamento, mas é bem mais difícil gerar um processo de verdadeiro crescimento e desenvolvimento económico auto-sustentado.

Outro aspecto macroeconómico que aflige grandes sectores da nossa população é a insuportável carestia da vida.

Praticamente nada se diz em relação a este autêntico flagelo que atinge, sobremaneira, já a classe média e os sectores de rendimentos menos elásticos.

A menção à necessidade de reforçar o combate à inflação na parte que é gerada localmente, é francamente insuficiente. A este respeito impõe-se reflectir sobre a credibilidade dos números oficiais.

Num sector em que a oferta existente nos Açores é totalmente importada do Continente, nota-se uma evolução de preços significativamente mais baixa na Região do que no território de origem - o exemplo da habitação e do calçado.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, parece-nos que o "time lag" não pode justificar toda esta discrepância!

Por outro lado, refere-se que os ponderadores adaptados para o cálculo IPC na Região são diferentes dos do Continente e, por isso, os efeitos induzidos são variáveis.

Mas será que essa distinção está técnica e cientificamente demonstrada?

Será que os inquéritos que servem de base a hipotéticas distinções, e que assentam na estrutura das receitas e despesas familiares nos Açores, existem?

Ou não será que se está a regionalizar um indicador com a importância do Índice de Preços no Consumidor sem tão pouco se saber do perfil do cabaz de compras do Açoriano?!

Sr. Presidente e Srs. Deputados, é preciso que o Governo tome muito mais cuidado nesta matéria porque as imprudências podem-se repercutir rapidamente no nível de vida do nosso povo.

Entrando nas políticas sectoriais e na programação, a confusão aumenta e a insatisfação cresce.

Podíamos, à semelhança do que fizemos recentemente utilizar todo o tempo que possuíamos a interrogar o Governo sobre o conteúdo da sua proposta. Mas, desta vez, optámos por uma mais serena reflexão.

Mas, se este Governo tem meios tão avultados, tem em curso obras de inegável projecção social e económica, não seria altura de haver um maior consenso sobre a política do Governo?

Esta parece sinceramente ser uma interrogação pertinente.

Então, o que é que nos divide?

Será que o Governo tem tido mais dinheiro do que devia e tem realizado mais obras do que podia e, daí, a explicação para os erros crescentes que se constata na administração das obras públicas, como aqui ficou demonstrado?!

Será que este Governo se tem isolado demasiado, fugido ao diálogo franco e aberto e assumido uma certa auto-suficiência que o leva a afastar-se dos problemas reais dos Açorianos?

Porque razão é que estruturas que naturalmente deveriam apoiar este Governo, assumem um papel crítico crescente? - Veja-se a desconfiança que o parecer do Conselho de Ilha de S. Miguel denota, bem como manifestações visíveis em entidades e personalidades comprometidas com o Governo.

O facto é que o descontentamento popular nas diversas ilhas é patente e fundamentado - veja-se a intervenção do meu colega Ramos Dias sobre as Flores e muitas outras relativas a diversas ilhas e de todas as bancadas aqui representadas.

Mas, vejamos, o que se passa numa ilha chamada grande, como a Terceira, que já tinha o privilégio do regime anterior lhe ter dado, mais cedo do que à maioria das outras ilhas, alguma luz, alguma água, algumas estradas, alguns e bons equipamentos colectivos.

O que é que se passa?

Este Governo diz que já lá gastou vários milhões de contos. Não duvidamos. No entanto,

a ilha, em finais de 1985, continua a sofrer a sua maior crise energética que se arrasta há alguns anos.

- A água continua a faltar.

- As estradas estão em péssimo estado, apesar do Governo estar a investir numa grande via que vai custar muitas centenas de milhares de contos - mas mesmo assim a obra não está a decorrer de forma aceitável.

- O Governo abriu estradas que estão paradas há anos para fúria dos numerosos utentes.

- O Porto está a avançar mas com descordenações gritantes e que põem em causa o seu pleno aproveitamento.

- Muitos serviços públicos estão indignadamente instalados.

As restantes infraestruturas que se estão fazendo aparecem com um desfasamento de 3, 4, 5 e mais anos em relação à data para que tinham sido programadas e desenvolvem-se a um ritmo inaceitável - veja-se o complexo desportivo de Angra do Heroísmo.

- As grandes promessas como a recuperação da Serra de Santiago, o Matadouro Industrial, e outros, estão praticamente na gaveta.

- A economia estagnou. As indústrias desapareceram.

- A dependência administrativa e técnica de outros centros é crescente e revoltante.

- Projectos importantes como o Geotérmico estão desacreditados.

- O Parque Industrial é uma mera ilusão de há anos.

- Os serviços de carácter social, como os da Educação e Saúde, funcionam com deficiências inaceitáveis.

A crise é geral!

Entretanto, este Governo continua a gastar muitos milhões...

Deputado Natalino Viveiros (PSD): Não há nada de bom?!

O Orador: Sr. Presidente, eu peço-lhe que desconte este tempo, se faz favor.

(Risos da Câmara)

Está provado também que este documento do Plano não tem contido em muitos capítulos a melhor programação e sobretudo, não programa com o mínimo de rigor.

Isto não pode continuar assim! Este Governo tem que mudar de métodos e de política em alguns sectores! Já o dissemos e, em consciência, temos de o repetir.

Com os milhões de contos que temos, e o Governo tem tido o mérito de obter alguns deles, não era preciso fazer muito mais, mas fazer sim, sobretudo, melhor, mais atempadamente e talvez, em muitos casos, com outras prioridades, e também com muito mais humildade.

Disse. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Conceição Bettencourt em representação do Partido Socialista.

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A política, como ciência social, tem como objecto a forma da organização do Estado e do Governo dos povos. No seu aspecto económico, implica determinação de objectivos e afectação dos meios financeiros disponíveis e/ou a sua criação de forma a alcançar os objectivos previamente enunciados.

Há, porém, que ter em conta que os meios a afectar ou a criar não se esgotam com a sua principal componente, ou seja, a financeira. Englobam e, por vezes, com um apreciável peso relativo, meios de natureza física e humana preexistentes como aptidão para viabilizarem novos objectivos não previstos ou pretendidos aquando da sua criação mas que, basicamente, os pressupõem ou deles necessitam. Daqui resulta uma notável economia de meios financeiros e o aproveitamento de infraestruturas e de pessoal habilitado para lhes dar nova vida, com evidente proveito económico e social da Ilha ou Região onde tais meios existam.

Mas, principalmente na definição dos objectivos se pode aquilatar da bondade ou não de uma política.

De facto, o dizer-se que os objectivos propostos visam o desenvolvimento económico o qual se reflectirá na melhoria de vida das populações, não define, dada a generalidade da sua enunciação, que modelo económico inspira os governantes porquanto da sua escolha depende ou não um desenvolvimento e um benefício a favor de toda uma população ou de certos estratos da mesma, de toda uma Região e de cada uma das suas parcelas integrantes ou de algumas só.

Claro que este Governo Regional apregoa pretender o "desenvolvimento harmónico e integrado de toda a Região"... Simplesmente nem harmonia nem integração decorrem da prática política deste Governo Regional que se compraz em atirar-nos com estatísticas que, contemplando, essas sim, toda a Região se constroem, no que elas poderão ter de positivo, no relativo desenvolvimento e melhoria de nível de vida de certas classes política e economicamente favorecidas e das Ilhas tradicionalmente mais influentes e desenvolvidas, porque maiores, mais populosas e ricas.

Com esta base, poderá a Região em abstracto alcançar um produto interno bruto e um rendimento per capita que, também em abstracto habilitem este Governo Regional a acenar vitoriosamente com números estatísticos globais.

Em, abstracto, porque é um somatório;

em abstracto, porque é uma divisão: respectivamente, um somatório de riqueza, independentemente de quais as Ilhas que a produzem e uma mera operação aritmética de divisão, independentemente do montante real de que cada um beneficia.

É fácil na realidade jogar com os números em abstracto, mas é muito difícil explicá-los no concreto. Só a composição concreta, quanto à qualidade e origem, das contribuições e benefícios relativamente a cada cidadão e a cada Ilha poderá servir de aferidor do grau de veracidade, na prática, da apregoada filosofia deste Governo que tão desenvoltamente diz pretender um "desenvolvimento harmónico e integrado de toda a Região"...

Ora se nos detivermos primeiramente numa análise da realidade de Ilha antolha-se-nos esta tremenda evidência: este Governo continua, quer pela sua génese política, quer por incapacidade de a ultrapassar, quer por estas ou mais razões e nenhuma delas decorrente dos princípios em que diz inspirar-se, a privilegiar as ilhas sedes das ex-capitais de distrito, onde por esse facto, o desenvolvimento já existente propicia uma maior rendibilidade de qualquer investimento, entendida esta não só pela sua utilidade intrínseca mas pela mera ostentação faraónica sem justificação de que procura revestir os seus actos de Governo, qual seja o tão camuflador e apregoado lema já referido, cavando ainda mais as assimetrias já existentes. Acresce a isto que nas cidades - e mercê da sua localização, na generalidade implantadas nas Ilhas de maior peso populacional - encontrou este Governo o seu maior apoio e delas se serviu, mantendo para tanto a influência e dominação sobre a periferia, não só das mesmas como ainda sobre as outras ilhas.

Assim procedeu para alicerçar o seu poder. Serviu-se dessas populações e dessas Ilhas, e delas ficou prisioneiro. Virou-se pois o feitico contra o feiticeiro. Das justas reivindicações passou a ser pressionado pelas mal disfarçadas manobras de pressão. Transpôs-se para este Arquipélago o manobristo extorsionista deste Governo relativamente ao Governo Central. De sujeito activo face a Lisboa passou a sujeito passivo perante os seus apoiantes e mandantes nesta Região.

Enredado no labirinto, sem possibilidade de uma saída da teia que com tanta habilidade julgou tecer e que com tanta ingenuidade provinciana pensou utilizar a seu favor, dos financiamentos preferenciais às referidas Ilhas "de peso" passou à extorsão das poucas mas vitais potencialidades das Ilhas pequenas que, sem capacidade reivindicativa e, faça-lhes justiça, sem vocação para manobristos nem a prática política de bastidores, se veem despojadas do

que lhes pertencia ou das suas mais legítimas esperanças numa vida melhor e, mais e pior, da sua própria dignidade cívica.

É certo que, de longe em longe, lá vai um reбуçado, às vezes real, outras e em maior número só a mero anúncio quando a situação se mostra escandalosa e já fere a consciência colectiva de tal forma que põe em perigo o frágil equilíbrio governamental. E esses reбуçados acontecem monótona e quase invariavelmente na proximidade de eleições... nessas alturas e afanosamente enche-se o vaivém espaço-governamental, de cuja aparatosa e dispendiosa deslocação e - quantas vezes - das repetidas banalidades proferidas temos notícia, extracto, referência, imagem pelos órgãos de comunicação social até à saturação e fastio num esforço conjugado de pré-campanha eleitoral.

Coube, por exemplo, desta vez um reбуçado real à Ilha da Graciosa; com grande pompa e circunstância vai este Governo inaugurar a Casa do Povo da Freguesia do Guadalupe. Parece mesmo que a obra está concluída, mas, se o não estivesse, não se atrapalharia este Governo... não "inaugurou" também a primeira escavadeira para o aumento da pista de aviação de Ponta Delgada? Não "inaugurou" também o milésimo tetrápodo do porto... **oceânico** da Praia da Vitória? E não merecerão estes vultuosos empreendimentos, na óptica do Governo Regional, mais algumas inaugurações, cuidadosamente calendarizadas?

Tal o espectáculo a que assistimos. Tal o arremedo de governação a que estamos sujeitos. Tal o conceito e prática de "auto-autonomia" que a seu favor e em seu proveito exercita este Governo Regional. Autonomia não participada. Só dele, por ele e para ele.

Não, não foi esta a autonomia com que sonhámos, muito especialmente nós os naturais e residentes nas Ilhas pequenas e as populações mais desfavorecidas das Ilhas grandes.

Não, esta autonomia de que se julga senhor e único destinatário não nos serve.

Como pode apelar este Governo à unidade regional quando é ele próprio o artífice da sua desunião? Nunca os açorianos se encontraram tão divididos: - se a divisão existia entre os três ex-distritos, essa divisão transpôs-se para as nove ilhas, isto é, triplicou. Cada ilha sabe e as pequenas sentem-no na própria carne que as opções governamentais não obedecem a critérios de prioridades informadas por um espírito de justiça e de respeito pelo desenvolvimento harmónico e integrado de toda a Região, que não atende à complementaridade entre elas e que as acções e benesses alcançadas o são, quantas vezes, à custa da legítima expectativa e progresso de outra ou outras. E essa política de egoísmo e pressão, consequência directa da

actuação governamental está a minar os fundamentos e objectivos jurídico-constitucionais da própria Autonomia.

Que mais não fosse por esta razão determinante, damos aqui também por reproduzidas todas as críticas, reparos e preocupações formuladas a nível global e sectorial pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista e em seu nome e no meu próprio desde já anunciamos que votaremos contra este Plano para o ano de 1986, ora posto à discussão e votação pelo Governo.

Tenho dito.

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa em representação do Partido Social Democrata.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Governo trouxe mais uma vez a esta Casa dois documentos fundamentais ao exercício da sua política, face às necessidades de desenvolvimento da nossa Região, e aos caminhos que se tornam necessários trilhar com vista a consolidar e desenvolver a nossa autonomia, a unidade regional, e o papel que os Açores desempenham e têm de continuar a desempenhar no mundo em que vivemos, dia a dia evoluindo, em transformações que nem sempre o nosso isolamento permitiu acompanhar na ocasião mais propícia ou do modo mais adequado, atentas as mais diversas circunstâncias.

A experiência anterior e esta mesmo que estamos a terminar, no que se refere ao debate destes dois importantes documentos - Plano e Orçamento -, dá-nos a certeza de que, tal como em anos passados, a perspectiva de cada uma das formações políticas com assento nesta Assembleia é diversa, do que resulta sempre debate vivo e troca de ideias e pontos de vista, as mais das vezes não coincidentes, mas quase sempre enriquecedoras, e é nesta medida que esta Assembleia encontra a forma privilegiada de se definir como órgão fundamental da nossa Autonomia, espelho das formas de pensar e projectos de vida das gentes destas ilhas, que a nós, Senhores Deputados, se confiaram, como seus legítimos representantes, defensores intransigentes dos seus interesses, garantes da sua identidade e participantes qualificados na construção do futuro colectivo dos Açores.

Não são fáceis as tarefas com que nos defrontámos e nos defrontamos, mas a experiência adequada, a generosidade e firmeza com que se encararam e resolveram questões anteriores é fundamento da nossa esperança no futuro que em conjunto vimos construindo.

É na certeza e na esperança que se radica, de resto, a própria posição do meu Grupo Parlamentar face aos documentos que nestes dias analisá-

mos.

É que também em política é preciso fazer fé, fazer confiança. E o meu Grupo Parlamentar acredita e deposita confiança no Governo que apoia.

E aqui começa a grande divergência que mantemos com os partidos que, nesta Casa, constituem a oposição.

Diria que esta, não obstante o muito que se tem feito e que persiste, dum modo geral, em ignorar ou subestimar, tarda em aceitar, em toda a plenitude, a capacidade demonstrada ao longo dos anos em realizar aquilo que se planeou.

Não temos da realidade a visão tão crítica, quanto parece sobressair, das intervenções dos Senhores Deputados da oposição, ainda que as aceite como esforço sério e honesto de participar efectivamente, avançando sugestões que podem sempre ser tomadas em consideração na apreciação dos problemas. E todas as críticas construtivas ou sugestões razoáveis são apresentáveis por quem, em nenhuma circunstância, se arvorou em detentor de toda a verdade.

Outra coisa bem diversa é assumir-se o meu partido como o mais importante e imprescindível protagonista da autonomia regional e da institucionalização nos Açores do regime democrático, na perspectiva da sua mais importante e essencial tarefa, que é a dignificação da pessoa humana, na sua eminente missão de autor e destinatário de tudo o que respeita à construção do seu futuro em liberdade e em paz.

E neste debate é sobretudo isto que está em apreciação. É saber-se como, no respeito pela liberdade, pela dignidade, pela livre opinião, o Governo pensa organizar os nossos recursos disponíveis, para promover, na nossa Região, o desenvolvimento à medida dos interesses das nossas comunidades, da sua promoção económica, social e cultural.

As grandes opções contidas nos documentos que estivemos a debater são claras, resultam, aliás, do próprio programa do Governo e Plano de Médio Prazo 1985/88 aprovados por esta Assembleia.

O Governo apresenta a esta Assembleia um Plano e um Orçamento, que é o seu instrumento financeiro, que visa:

- Promover o emprego;
- Reforçar o esforço de preparação e adaptação da economia regional para os desafios dos mercados mais amplos, nomeadamente os que decorrem da integração europeia;
- Continuar a garantir a melhoria dos serviços que à Administração Pública cabe prestar à comunidade, nas áreas sociais e económicas e nos apoios que a actividade privada necessita receber, por forma a mais facilmente se flexibili-

zar e decididamente ocupar o espaço que lhe compete no conjunto das actividades económicas.

São grandes opções que se traduzem em medidas e programas sectoriais, aqui já largamente apreciados e debatidos pelos Senhores Deputados, pelo que me dispense de a eles voltar.

Gostaria, no entanto de salientar que na sua execução, este ou outro qualquer Plano, depende, na sua concretização, de factores e circunstâncias estranhas à vontade dos seus autores e responsáveis, quantas vezes nem sequer do seu próprio domínio.

Não colhe, portanto, o argumento de que se não realiza isto ou aquilo, vale mais, porém, averiguar do interesse, da vontade política em realizar o que se planeia, e só então formular juízos valorativos sobre a execução dos diversos projectos e programas.

É que, ao que nos parece, não se pode apreciar politicamente uma proposta de Plano e as medidas que inclui, e depois proceder ao ajuizamento da sua execução em termos meramente tecnocraticamente quantificados, esquecendo ou arredando do raciocínio as circunstâncias e factores que enquadram a sua concretização.

Ao longo dos anos tem-se provado que o Plano não constitui um rol de intenções, bem ao contrário, tem constituído um instrumento de trabalho que o Governo com rigor tem vindo a cumprir.

Foi possível ao longo deste debate expor opiniões, formular críticas, fazer sugestões, trocar pontos de vista, a tudo o Governo pôde, sem subterfúgios e com clareza, comentar, responder e esclarecer, evidenciando um detalhado e rigoroso conhecimento dos problemas e das realidades, dos anseios e aspirações do nosso povo, razão última do nosso cuidado, do nosso empenho e entusiasmo.

Não foram trazidos, ao longo do debate, pela oposição, elementos ou argumentos que, levem a conceber qualquer alteração aos documentos que estiveram à apreciação desta Assembleia.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

O debate que aqui nos ocupou durante estes dias muito terá contribuído para a clarificação de posições. Honrou-nos e dignificou esta Casa.

Este Plano, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é para 1986 o Plano necessário, por isso o meu partido o vai votar favoravelmente, na certeza do seu cumprimento e na esperança da sua eficácia.

Disse. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

No termo do debate sobre o Plano e Orçamento para 1986, o Governo vai receber um renovado

voto de confiança por parte da Assembleia representativa do Povo Açoriano.

Um voto de confiança que é, simultaneamente, um mandato, porque a aprovação do Plano e Orçamento vincula o Governo à realização das tarefas previstas, da qual deverá depois prestar contas, como sempre tem feito, face à Câmara e à opinião pública.

Quem tenha seguido atentamente este debate, fora das praxes parlamentares e das querelas partidárias, julgaria que a confiança da Assembleia no Governo, quanto ao Plano e Orçamento, é unânime e total.

Da parte da maioria, as intervenções variadas, interessantes, bem documentadas, foram nitidamente de concordância - como não podia deixar de ser - com os propósitos, os objectivos e as medidas previstas pelo Governo. Mas as críticas formuladas pela Oposição não foram de molde a justificar um voto contra. A Oposição não se atreveu a contestar os fundamentos das opções do Governo, nem as modalidades concretas de lhes dar realização. Chegou mesmo a elogiar a acção governativa em vários campos e, quanto a críticas, ficou-se por observações de pormenor.

O caso mais nítido foi o da Educação. Não houve contestação quanto às orientações do Governo em matéria pedagógica - e até foi apoiada a proposta apresentada, de grande reflexo para as famílias açorianas, relativamente à racionalização do regime do livro escolar.

Também não se criticou - nem mesmo os antigos "experts" na matéria - a acção do Governo em matéria de desporto e de apoio à criatividade artística e cultural da juventude - nem tal seria possível, tantos foram os reflexos positivos obtidos nesta área e, de uma forma especial, neste Ano Internacional da Juventude.

As críticas ficaram-se por pequenos pormenores sobre obras de reparação de um número dígito de escolas - entre as centenas existentes na Região - obras essas já em curso ou programadas para breve.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Para a próxima vem uma lista!...

O Orador: O mesmo quanto aos casos sociais que tristemente vão reaparecendo por aí. Disse reaparecendo e sublinho.

Porque é assim mesmo. Até o Sr. Deputado Decq Mota o afirmou, reconhecendo, acto contínuo, termos vivido nos últimos anos - antes da presente crise, que desejamos ver suplantada em breve - um período de prosperidade sem precedentes.

Não se contesta a linha de rumo fundamental do Governo, também neste campo. Lastimam-se situações pontuais que, sem deixarem de ser terrivelmente chocantes, não serão talvez tão pungentes como outras que a noção de dignidade dos que as sofrem não permite desvelar perante

a opinião pública.

Casos lastimosos há-os em toda a parte. Nos países livres andam à luz do dia e aparecem nos jornais, na rádio e na televisão. Só as sociedades totalitárias eliminam a marginalidade, sumindo os infelizes que dela afinal são vítimas nos "goulags" da Sibéria ou nos campos de extermínio nazi, de sinistra memória.

Julgo, aliás, que a Oposição confundiu o debate do Plano e do Orçamento com uma sessão de perguntas ao Governo - que é uma forma de intervenção parlamentar prevista no Estatuto e no Regimento, mas diferente do debate de agora - quando não mesmo com uma sessão de esclarecimento...

Não faz mal! Ficamos assim com uma ampla reflexão sobre o estado da Região, em jeito de balanço de um fim de ano de gestão deste III Governo Constitucional dos Açores.

Depois de ter ouvido tantas críticas ao Governo a que presido, julgo que também me será permitido criticar um pouco a Oposição.

Deputado Carlos César (PS): Vamos a isso!

O Orador: Desde logo, quanto a alguns paradoxos - o primeiro é dirigido a V. Exa., Sr. Deputado.

Deputado Carlos César (PS): Muito obrigado.

O Orador: A defesa da tecnocracia por um jovem político Socialista - o Sr. Deputado Carlos César - de meteórica carreira, é sem dúvida o primeiro e o mais destacado de todos.

Deputado Carlos César (PS): Nem imagina o que vai ser agora!...

O Orador: Meteórico tem um sentido que peço ao Sr. Deputado para considerar...

(Risos da Câmara)

... é que o meteoro cai vertiginosamente!

(Risos da Câmara)

Era o discurso habitual do ex-deputado independente do PS, Dr. Roberto Amaral, hoje, abandonada à pressa a "independência", fundador entusiasta de um novo partido.

A tecnocracia, Sr. Deputado, não passa de um mito, perigoso por sinal, porque apresentado, em países em fase de desenvolvimento, como alternativa à suposta ineficácia da democracia partidária.

Mas nós sabemos que a tecnocracia, o Governo dos técnicos iluminados, o iluminismo dos nossos tempos, só se sustenta em déspotas, a mais das vezes de baixo gabarito, que ignoram o valor do diálogo, fundamental na sociedade democrática, e calcam aos pés os direitos e as liberdades dos cidadãos.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): E o Governo Cavaco e Silva!

O Orador: O Sr. Deputado Ramos Dias, excedendo-se a si próprio, cresceu sobre o Governo em fulgurante objurgatória acerca de alguns

problemas da Ilha das Flores.

Repudio frontalmente as acusações feitas.

O Governo tem demonstrado indesmentível empenho na resolução das graves carências que afligem as populações florentinas, como de todas as outras ilhas da Região, grandes ou pequenas, que todas, no seu conjunto, bem pequenas são.

Esta atitude fundamenta-se na opção de fundo do Governo, correspondente à proposta do desenvolvimento solidário do Partido Social Democrata, ratificada, em sucessivas eleições livres, pelo Povo Açoriano.

A qualidade de vida na Ilha das Flores é hoje incomparavelmente melhor do que as condições experimentadas antes da arrancada da nossa nova autonomia democrática - e o mesmo acontece por sinal em Santa Maria, Sra. Deputada Conceição Bettencourt, e V. Exa pode testemunhá-lo.

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Vê-se! Está patente!...

O Orador: No acesso à Educação e à Saúde, bem como na própria actividade económica, com destaque para o Turismo, muito se progrediu nas Flores, como no resto do Arquipélago, nos últimos anos.

Problemas especialmente complicados - o porto e a cobertura pela televisão - estão equacionados e em execução. Resta aguardar mais um pouco.

Quanto a este Governo Regional - o tal Governo "Mota Amaral III" de que falava o Sr. Deputado Dionísio de Sousa - a esperança justificou-se.

O paradoxo máximo deste debate foi a atitude do Sr. Deputado Decq Mota.

Não se coibiu mesmo de rasgados elogios à acção do Governo...

(Risos do Sr. Deputado Decq Mota)

... contrariando a visão apocalíptica que é própria do Partido Comunista.

A posição dialogante e até charmosa do Sr. Deputado Decq Mota dir-nos-ia suspeitar que a DQRAA do PCP evoluiu em desviamismo de tipo euro-comunista face ao estalinismo ortodoxo que caracteriza os gerentes do PC.

Deputado Carlos César (PS): Ou do PSD!

O Orador: Um açor-comunismo ou um comunismo açórico estará na forja?

Claro que não! Trata-se de mera questão de tática, ditada pelas necessidades pragmáticas da implantação do partido do proletariado, no momento presente, na sociedade açoriana.

Sobre esta matéria já falámos no ano passado, com farisaico escândalo de alguns pusilânimes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

A amplitude do Plano e Orçamento que o Governo apresenta agora a esta Assembleia, levanta problemas financeiros sérios.

Em tempos, o Partido Socialista costumava fazer desta matéria cavalo de batalha. Agora que os correligionários já não estão em causa no plano nacional, empenhados em campanhas de outra natureza, afastados, não se sabe por quanto tempo, da área do poder, a atitude é diferente. Já o esperávamos.

De resto, a situação mudou muito desde os tempos em que a Oposição chamava ao Plano o "caderno reivindicativo" a apresentar à Santa Casa da Misericórdia - que seria o Governo da República do PS.

(Risos do PS)

O acordo luso-americano sobre facilidades militares nos Açores - e não apenas nas Lajes, como por erro, involuntário, espero, alguns ainda referem - alterou por completo os termos da relação financeira entre a Região e o conjunto do País.

Patente fica a prudência do Governo em reclamar um acordo separado sobre os Açores, sem prejuízo de outras facilidades negociadas na mesma altura no território do Continente.

O valor geoestratégico do nosso Arquipélago ficou assim de algum modo calculado, e transformou toda a participação do Orçamento do Estado para apoio ao desenvolvimento regional em mera restituição de parte do que por direito cabe à Região. Este dado é importante para o nosso diálogo com o Governo da República e com o Parlamento, que, sem maximalismos prenunciadores de perigosas rupturas, haveremos de continuar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

As declarações da Oposição, no encerramento deste debate - onde alguns simularam recuperar algum dinamismo político - limitaram-se a repetir argumentos estafados, carregando de tons negros a situação económica e social da Região e sobre ela chorando lágrimas de crocodilo...

O Governo está habituado a condenações globais deste jaez, exageradas e injustas, que apenas revelam o desrespeito de quem sistematicamente é repellido, à boca das urnas, pelo Povo Açoriano.

Sem desânimos de qualquer tipo, com o apoio maioritário da Assembleia Regional, em colaboração com os parceiros sociais, com a participação dos cidadãos - em especial dos jovens - o Governo, escolhido pelo Povo e ao serviço do Povo, segue o seu caminho.

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: O Sr. Deputado Dionísio de Sousa pede a palavra para?...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Para dois pedidos à Mesa.

Presidente: Tem a palavra.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): O primeiro

deles é para a Mesa informar a Assembleia dos tempos efectivamente gastos por cada bancada e pelo Governo na discussão do Plano e Orçamento; o segundo era para pedir uma interrupção regimental.

Presidente: O Sr. Deputado Álvaro Monjardino pede a palavra para?...

Deputado Álvaro Monjardino (PS): Para dar uma explicação...

Presidente: Suponho que não está prevista neste artigo 4º a possibilidade do uso da palavra pelos Srs. Deputados.

Terá que ser talvez na declaração de voto.

Deputado Carlos César (PS): Está na disciplina do processo comum.

Presidente: Não remete para o processo comum, Sr. Deputado!

Deputado Álvaro Monjardino (PSD): Eu peço a palavra para interpelar a Mesa.

Presidente: Tem a palavra.

Deputado Álvaro Monjardino (PSD): Sr. Presidente, o meu pedido baseia-se no artigo 92º do Regimento. Não está, evidentemente, em nada afastado, em minha opinião, pela disciplina estabelecida para o debate parlamentar - não está excluído o uso da palavra para explicações, para esclarecimentos, para protestos ou para contraprotestos.

Presidente: Então, nos termos do artigo 92º, tem a palavra o Sr. Deputado Álvaro Monjardino para um pedido de explicação.

Deputado Álvaro Monjardino (PSD): Não é para um pedido de explicação mas, sim, para a prestação de um esclarecimento.

Presidente: Então tem a palavra para dar uma explicação.

Deputado Álvaro Monjardino (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É que foi posto em dúvida, pelo Sr. Presidente do Governo Regional, ter-se usado a expressão "Acordo das Lajes". E foi posto em dúvida que isto tivesse sido usado por engano ou por lapso.

Eu quero dizer que não foi por engano nem por lapso! Foi usar a linguagem corrente, que é usada até pelo Presidente dos Estados Unidos. O conteúdo dos Acordos das Lajes é que, efectivamente, hoje (e felizmente!), incide sobre facilidades dadas em todo o território dos Açores, obviamente que em função do uso da Base Militar que se situa na freguesia das Lajes, e também na freguesia de Santa Cruz, que, por acaso, se encontra na Ilha Terceira.

Era só este esclarecimento que eu queria prestar.

Muito obrigado.

Presidente: Creio que já tenho possibilidades de fornecer ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa os elementos que pediu.

O Partido Comunista usou, durante os debates,

37 minutos e mais 9 minutos na intervenção final;

O CDS usou 23 minutos nos debates e mais 10 minutos na intervenção final;

O PS usou 4 horas e 20 minutos nos debates e mais 10 minutos na intervenção final;

O PSD usou 2 horas e 59 minutos nos debates e mais 9 minutos na intervenção final;

O Governo usou 5 horas e 15 minutos nos debates e 13 minutos na intervenção final do Sr. Presidente.

Estão interrompidos os nossos trabalhos por 30 minutos.

(Eram 13,15 horas)

Presidente: Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 13,45 horas)

Vamos começar pela votação dos dois documentos que estão em apreciação.

Não quero deixar de chamar a atenção de que, nos termos do artigo 5º, votaremos cada um destes documentos per si. Vamos votar primeiro o Plano Anual. Entende-se que a votação é uma votação global do Plano Anual discriminado por programas de investimento. Declaro também que usarei o meu direito de voto.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta de Plano façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de Plano para 86 foi aprovada por maioria, com 21 votos a favor do PSD e com 13 votos do PS, 2 do CDS e 1 do PCP contra.

Presidente: Agora vou pôr à votação a proposta de Orçamento. A proposta de Orçamento será uma votação global, discriminada por dotações globais correspondentes às despesas de funcionamento e ao conjunto de programas de investimento.

Também usarei do meu direito de voto neste documento.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta de Orçamento façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de Orçamento foi aprovada por maioria, com 21 votos a favor do PSD, 2 votos do CDS e 1 do PCP contra, e 13 abstenções do PS.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota para uma declaração de voto.

Deputado Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

A análise do Plano 86 permite concluir, claramente, ser perfeitamente justa a análise feita pela Organização da Região Autónoma dos Açores do PCP, segundo a qual a par de alterações positivas na situação regional no seu conjunto

se detecta um agravamento, objectivamente desfavorável à maioria da população, da política do Governo Regional do PSD.

Peço desculpa de interromper, mas há aqui qualquer ruído estranho...

Presidente: É a sua voz ampliada, Sr. Deputado!

(Risos da Câmara)

O Orador: Até que é!

(Risos da Câmara)

Presidente: Faz favor de continuar.

O Orador: A concepção da Região como entidade intervencionista no sentido e com o objectivo fundamental de reforçar o poder económico de uma classe restrita, está hoje, mais do nunca, presente na política, na prática e nas intenções do Governo Regional.

A adesão à CEE serve já e servirá mais no futuro próximo de alibi a todo um conjunto de políticas e de medidas desfavoráveis aos trabalhadores, aos pequenos e médios agricultores e lavradores e aos pequenos e médios comerciantes e industriais e outras camadas laboriosas.

A recente aprovação do Decreto Legislativo Regional que visa a reestruturação fundiária, a favor da concentração da propriedade da terra em poucas mãos e que foi baptizado com o nome bonito de "Orientação Agrícola", é a supressão mais palpável, do agravamento da política que vimos referindo.

O reforço substancial do programa de incentivos económicos, a par do anúncio vago de possíveis alterações no modo de atribuir ou distribuir esses "incentivos", prenuncia o reforço inglório da transferência de verbas do sector público a favor de uma certa e maior ou protegida iniciativa privada, propiciando assim a aceleração de fenómenos ilegítimos de acumulação rápida e muito grande da parte daqueles que não reinvestem os seus lucros, porque o Governo o faz a favor deles.

O anúncio de que o Plano possibilitará a criação de cerca de 2.000 novos postos de trabalho, não foi neste debate demonstrado, pelo que não pode deixar de ser atribuída tal meta a um objectivo prioritário de propaganda.

O agravamento do desemprego, as dificuldades crescentes dos jovens em obter o primeiro emprego, a manutenção de uma situação exagerada de sub-emprego, são um dos reflexos, mais preocupantes, da política do Governo Regional.

A definição de prioridades em função exclusiva dos interesses da classe dominante, tem impossibilitado e continua a impossibilitar o ataque frontal e sério de certas carências básicas, nomeadamente, a questão da habitação especialmente às camadas sociais mais desfavorecidas e de menores recursos.

As limitações da política educativa, a péssima realização de dezenas de infraestruturas

escolares, a inexistência de incentivos para a fixação de professores, a inexistência de uma política clara sobre a educação pré-escolar, marcam esse sector.

A progressiva desumanização da política de saúde e a insensibilidade já demonstrada pelo Governo no sentido de atacar sistematicamente situações sociais de carência extrema (especialmente no que toca a reformados, pensionistas e idosos) ou os casos novamente crescentes de pobreza, miséria e indigência são a expressão social mais acabada da natureza da política deste Governo expressa no Plano.

A completa falta de atenção demonstrada pelo Governo em relação às sugestões feitas pelos parceiros sociais especialmente organizações sindicais, demonstra por si só os objectivos centrais da política expressa no Plano.

A rigidez e autoritarismo demonstrado pelo Governo e pela maioria, que nenhuma declaração em contrário anula face à prática que se vê, demonstra cabalmente o que visa e como o pretende fazer o Governo Regional.

Por tudo isto a Representação Parlamentar do PCP votou contra o Plano e Orçamento.

Mas Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, a própria forma que o Presidente do Governo encontrou para defender a sua política, tentando, de forma muito pouco presidencial, atacar quem se lhe opõe, chegando ao ponto de, abusivamente distorcer a actividade e afirmações, nomeadamente as do deputado do PCP, demonstram também que perdeu já em larga medida a justa noção de equilíbrio e sensatez.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):
Não apoiado!

O Orador: Não é legítimo a ninguém e muito menos ao Presidente do Governo, usar a distorção e ou a verdade incompleta, mascaradas de análise política ou pessoal, no sentido de procurar desacreditar perante a opinião pública os partidos e os deputados que se lhe opõem.

Não é legítimo ao Presidente do Governo, nem a ninguém, usar uma pretensa ironia, carregada de intenções, para tentar vender a ideia falsa que não tem adversários políticos - tem-nos e em áreas bem diversas, algumas até recentemente ou aparentemente próximas.

Ao terminar esta declaração de voto declaro que o comportamento do deputado do PCP nesta Câmara e o comportamento da Organização da Região Autónoma dos Açores do PCP são concebidos única e exclusivamente no sentido da defesa dos trabalhadores e de todas as classes e camadas desfavorecidas e também, e sempre, no respeito por esta Assembleia Regional.

Ao invés, o Presidente do Governo deu hoje sobejas e lamentáveis provas de não respeitar esta instituição, de trazer para a Assembleia

um estilo de chicana que apenas demonstra o embaraço político crescente que a sua própria política lhe vem criando.

Vozes do PSD: Não apoiado!

O Orador: Toda a política expressa no Plano, toda a prática do Governo, toda a actuação do Presidente do Governo, hoje aqui exemplarmente demonstrada, demonstram a necessidade que há de haver um rápido e urgente reforço da luta democrática, nos planos político e social, por forma a que possa vir a haver na nossa Região alterações mais fundas na situação política.

Por tudo isto também, votamos contra a política expressa neste Plano e continuaremos a lutar de forma firme, coerente, permanente e intensa contra os que de forma tão sobranceira e soberba governam hoje os Açores.

Disse. Muito obrigado.

Vozes do PSD: Não apoiado!

Vozes do PS: Muito bem!

Deputado Natalino Viveiros (PSD): É chamar o Vasco Gonçalves!...

(Risos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ramos Dias para uma declaração de voto.

Deputado Ramos Dias (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

A Representação Parlamentar do CDS, na Assembleia Regional dos Açores, votou contra os documentos em apreciação porquanto os mesmos, na prática, traduzem uma mera continuidade da actual política do Governo Regional que não constitui, no fundo, a resposta eficaz e esperada às questões fundamentais que afectam a economia regional e degradam o nível de vida dos Açorianos.

Apesar do Plano envolver meios financeiros avultados que irão, obviamente, dar lugar a indispensáveis investimentos em sectores e infra-estruturas de inegável interesse económico e social, o documento contém carências de estrutura e de conteúdo, que se devem considerar inaceitáveis.

Partindo de um diagnóstico algo optimista, insuficientemente desenvolvido e pouco claro, em muitas políticas sectoriais, este Plano é, em muitos casos, a repetição usual de intenções sucessivamente falhadas ao longo dos últimos anos.

No entanto, as suas lacunas são ainda agravadas, sob o ponto de vista político, pelo facto de não dar a devida prioridade, ou ter mesmo excluído da sua programação projectos e acções que apareciam explicitadas em documentos anteriores e que constituíam promessas governamentais, além de justas aspirações de largas zonas da Região.

No capítulo do Orçamento, a precaridade dos elementos fornecidos e o seu elevado grau de agregação não permitem qualquer avaliação

das intenções de que o Orçamento se diz portador.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo, a Representação Parlamentar do CDS tinha, forçosamente, que votar contra a prática governativa que estes documentos pretendem perpetuar.

Disse. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para uma declaração de voto.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Poderá não parecer muito ortodoxo ou regimental começar uma declaração de voto com um protesto. Mas é o que tenho de fazer, por o julgar imprescindível. Passo da intenção do protesto à sua expressão e conteúdo.

Na introdução ao Relatório e Parecer do PMP 85/88, a Comissão Permanente dos Assuntos Económicos e Financeiros, em Março do corrente ano, frisava não ter sido possível (cito) "confrontar a proposta com os relatórios finais de execução do anterior Plano a Médio Prazo, porque ainda não estão publicados". E acrescentava: "os confrontos que se farão limitam-se, assim, ao do Plano aprovado em 1981 com a proposta agora em apreciação".

Poderia pensar-se, talvez, que a Comissão se referia tão somente ao relatório anual de execução do Plano de 84. À existência de relatórios anuais dos três anos anteriores, bastaria acrescentar a parcela de 84, para se obter o somatório da execução do PMP 81/84.

Não era este, de facto, o entendimento que perfilhávamos. Neste caso também a totalidade não se pode reduzir ou confundir com a mera soma das suas partes.

Felizmente, viemos a constatar que o Governo Regional adoptou o mesmo entendimento, pois na nota prévia ao relatório anual de execução de 84, salienta-se:

"O facto de ser o último relatório anual do 2º Plano de Médio Prazo Regional (1981/84) implicaria que a informação contida pudesse, de certo modo, referenciar o período daquele PMP.

Mo entanto, entendeu-se que o presente documento fosse exclusivamente dedicado ao ano de 1984, **elaborando-se, a breve prazo**, um relatório que engloba a actuação do II Governo Regional em termos de despesas de investimento e acções de desenvolvimento executadas no período de 1981/84". Lamentavelmente esta Assembleia ainda **não** possui aquele documento. Se já era lacuna lamentável na apreciação e votação do PMP, começou a ser uma deficiência censurável para a discussão do Plano/85, e passou a ser uma falha inadmissível na apresentação e discussão do Plano/86. Um pouco mais de atraso e estaremos a discutir o terceiro dos 4 planos anuais do período de

85/88, continuando a ter de referenciá-lo, não com o executado até 84, mas com o proposto em 81.

O Sr. Secretário Regional das Finanças, ao explicar o atraso na entrega, nesta Assembleia, do documento sobre o investimento das empresas públicas regionais para 86, justificou-o com a dificuldade que aquelas empresas tiveram para se adaptar aos novos prazos impostos pela nova "Orgânica de Planeamento Regional". Para o Governo Regional não há nem pode haver esta desculpa. Nem esta Assembleia lha pode consentir. Porque está em jogo a credibilidade das próprias instituições democráticas. E da primeira delas que é esta Assembleia. Nada há de mais prejudicial e perigoso para a democracia do que, nas suas instituições, simular fazer aquilo que efectivamente não se faz, fingir discutir aquilo que, na realidade, não se tem condições para discutir. Com a agravante, neste caso concreto, de, por reflexo, permitir a conclusão de que não é apenas esta Assembleia que, por displicência do Governo Regional, ignora o ponto de partida real dos planos regionais, mas o próprio Governo que os elabora. E teríamos então um cego a conduzir outro cego. O fim da caminhada seria o barranco do descrédito.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As divergências ideológicas que separam o Partido Socialista, da maioria Social-Democrata, algum peso tiveram na nossa votação contra este Plano. Algum peso têm tido sempre. A larga base de consenso quanto ao valor da democracia e das suas instituições, não chega para anular as diferenças quanto ao papel do Plano, do mercado, do Estado, dos cortes sociais intermédios e, sobretudo, quanto à alteração das relações do poder na sociedade em geral. Para o Partido Socialista, todas as oportunidades têm de ser aproveitadas para alargar todas as formas de poder a todos os cidadãos. A democracia o exige, o socialismo o realiza. Para o Partido Social Democrata, há que encontrar sempre um novo meio, definir sempre com uma nova barreira o acesso ao poder. Preservá-lo e defendê-lo é a sua atitude primeira.

Para o Partido Socialista o poder - todo o poder na sociedade - é um lugar vazio à procura do seu ocupante. Para o Partido Social Democrata o poder - todo o poder na sociedade e, mais do que qualquer outro, o poder político - é um lugar sempre ocupado a não deixar nunca vagar.

Para além do diferente posicionamento na democracia - assim resumido - também o diferente posicionamento na autonomia do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, algum peso teve no nosso voto contra este Plano. Algum peso sempre tem tido.

Para o Partido Socialista a autonomia só enriquece, se não isola. Só justifica, se não insulariza. Só é desenvolvimento de uma região num contexto de regiões. É um instrumento, não uma finalidade.

Para o Partido Social Democrata é o culto da diferença apenas pela diferença. É a radicalização das distâncias. É o individualismo adolescente contra a integração adulta. É a permanente e retardada idade do "não". É o sindicato das ilhas contra o patronato continental. É o complexo do descolonizado que nem chegou a ser colónia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A discussão acabada de encerrar, mostrou, porém, cabalmente, que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, nem teve necessidade nem se preocupou em recorrer excessiva e fundamentalmente às diferenças político-ideológicas, para marcar as suas posições perante o Plano Regional para 86.

Para além dos seus objectivos gerais e sectoriais, um plano é, principalmente, uma metodologia e uma execução, ou um instrumento para a execução.

Como metodologia tem regras. Como instrumento operacional tem história. A sua própria história quando executado. A história dos planos anteriores, quando é elaborado, discutido e aprovado.

E foi com base na metodologia deste Plano e na história dos resultados obtidos pelo Governo Regional, em planos anteriores, que tivemos de condenar o Plano/86.

As críticas do Grupo Parlamentar do Partido Socialista à metodologia utilizada pelo Governo Regional na elaboração dos seus planos, já vêm de longe. E foi de novo abordada nesta discussão. O que aqui foi dito em relação às características do planeamento em vários sectores - dito, exemplificado e comprovado - é perfeitamente extrapolável para todo o plano no seu conjunto. Mas para que a crítica não pareça desvalorizada por ser a da oposição, posso apoiá-la nas afirmações de um nome de reconhecida autoridade nos domínios do planeamento e desenvolvimento regional - o professor Simões Lopes. Palavras, por sinal, proferidas nos Açores. Falando de planeamento, diz ele:

"Tem de começar-se por um enunciado sem ambiguidade dos fins últimos e dos objectivos (mais ou menos imediatos) a atingir, aqui havendo que realizar um esforço **importante** de quantificação".

São estes fins imediatos os que nós temos que analisar ano a ano. E para estes fins imediatos que o Governo Regional recusa a quantificação. E recusando a quantificação recusa a responsabilização. E é a responsabilização perante esta Assembleia que justifica a sua presença nela

própria.

É de reconhecer que houve uma tentativa nova neste Plano - a dos 2.000 postos de trabalho. Uma tentativa de quantificação que quantificou uma necessidade, o que já é um progresso. Mas foi uma falha total ao quantificar a resposta.

Quanto à capacidade executiva deste Governo para utilizar, com eficiência, e de acordo com os objectivos gerais que já vêm do PMP, não podemos nem conceder, mais uma vez, o benefício de mais uma dúvida, ou de mais um novo alento de esperança. As apostas até hoje perdidas não o permitem. E não o permitem precisamente para os sectores económicos, onde esta maioria, em 85 e 86, renova os propósitos que já datam de 81, 82, 83 e 84.

Podemos louvar a teimosia do Governo. É o esforço que lhe resta para justificar a sua existência. Mas perguntamos: - Porque haveríamos de acreditar que, finalmente, o Governo Regional iria conseguir o papel de protagonista numa peça onde não tem passado de actor secundário?

Disse.

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Castanheira para uma declaração de voto.

Deputado Jorge Castanheira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata votou favoravelmente as propostas de Plano e Orçamento para 1986, na perspectiva de que estes documentos, tão importantes para a vida pública regional no horizonte temporal a que respeitam, **vão contribuir** para o desenvolvimento económico e social da Região Autónoma dos Açores. Durante estes 3 dias de debate, discutiram-se, nesta Câmara, documentos políticos que consubstanciam o programa do Partido Social Democrata.

A Social-Democracia nos Açores é um projecto concreto e um compromisso com a pessoa humana e com o desenvolvimento dos Açores. É neste compromisso que nos empenhámos até ao momento e no qual continuamos a apostar.

Aceitámos há 10 anos o desafio com responsabilidade. Hoje o desafio continua vivo e actuante e é neste sentido que procuraremos melhorar as condições de vida da população, através de medidas de política que têm como pedras basilares a aproximação das ilhas pela cultura, pela educação, pela elevação do nível de vida, reforçando-se, assim, a nossa identidade de Açorianos.

O projecto de desenvolvimento harmónico destas 9 ilhas é um desafio que aceitamos fazer. As opções e as medidas que o Governo propôs nestes documentos, animam-nos e continuarão a animar os Açorianos, contribuindo para mobilizar empenhadamente neste projecto de desenvolvimento os que aqui habitam e labutam. Aqui, politicamente

te, nos corresponsabilizamos e, pelo trabalho colectivo, conseguiremos unir-nos à volta da causa essencial que efectivamente nos une — a Autonomia dos Açores.

O Plano e o Orçamento apresentam prioridades e medidas tendentes à modernização da estrutura produtiva regional, à promoção do emprego e, para enfrentar igualmente o desafio da integração europeia, que continua, assim, a manter-se e a relevar-se. Relevam-se também os vectores sociais, tão importantes e tão próprios de uma política social-democrata.

Prevêem-se ainda grandes verbas para os investimentos intermunicipais. Verbas que se destinam, no fundo, ao reforço do Poder Local, no qual este partido se encontra verdadeiramente enraizado e identificado e para o qual continuará a definir acções concretas para que, cada vez mais, os municípios exerçam a sua actividade de acordo com as necessidades crescentes que se lhes deparam.

O Plano aponta metas para 1986, metas estas que só serão atingidas se formos capazes — todos os Açorianos — de criar condições, em cada uma das ilhas, para que as várias componentes do Plano e do desenvolvimento se potenciem reciprocamente.

É desta reciprocidade e desta complementaridade entre as ilhas que superamos a distância que nos separa. Só assim S. Miguel ficará mais perto do Corvo, todos nós mais Açorianos e o nosso projecto de desenvolvimento mais solidário. Sem este princípio, podemos fazer muitos planos e orçamentos, mas nunca atingiremos os objectivos culturais, sociais, económicos e políticos que nos dão a identidade própria de uma Região que, por vontade eminentemente política, se afirma já nacional e internacionalmente.

Para o grande projecto de desenvolvimento que perfilhamos, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata dá o seu voto favorável.

Este Plano e Orçamento consubstanciam o nosso projecto e visam dar as respostas adequadas a quantos em nós apostaram.

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, terminámos a 1ª ponto da nossa Ordem do Dia. Passaremos agora ao 2º ponto, que é uma "proposta de alteração ao Plano e Orçamento de 1985".

A Mesa acha que estes dois documentos devem ser apresentados e discutidos em conjunto e, depois, votados cada um de per si, aliás, dentro da mesma metodologia da discussão do Plano e do Orçamento.

Pergunto ao Sr. Secretário Regional das Finanças se quer apresentar esta proposta de alteração, que já tem o parecer da Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros.

Secretário Regional das Finanças (Alvaro Dâmaso): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para ser muito breve e sucinto, uma vez que a proposta de revisão foi acompanhada de nota justificativa bastante desenvolvida quanto às alterações que preconizamos para o Plano e Orçamento de 85.

De resto, a própria posição favorável e por unanimidade da própria Comissão que analisou estas propostas de alteração do Plano e do Orçamento, justificam que eu me dispense de longas considerações sobre essa matéria.

Além disso, o parecer da Comissão é também bastante elucidativo pelo que me limitarei a referir as verbas globais.

Pretende-se que o Orçamento seja reforçado com 552 mil contos destinados às Secretarias Regionais da Administração Pública, da Educação e Cultura e dos Assuntos Sociais.

O acréscimo das despesas proposto justifica-se globalmente pela insuficiência das dotações — o que é natural — com o funcionamento dos serviços dependentes dos mencionados departamentos e para ocorrer a aumentos de despesa verificados já no decurso da execução orçamental.

Quanto ao Plano, o Governo, ao apresentar este pedido de alteração, justifica em cada um dos projectos e programas as razões porque pretende ver reforçadas essas verbas.

Por outro lado, ainda, direi, e a finalizar, que há recursos suficientes para ocorrer a estas despesas adicionais pelo que as nossas necessidades de financiamento não serão agravadas.

Também o pouco valor, relativamente ao total das alterações, não induzem a desvios de objectivos pelo que pedimos à Assembleia que aprove esta alteração.

Muito obrigado.

Presidente: Está aberto um período para pedidos de esclarecimento sobre estes documentos. Se não há pedidos de esclarecimento, está aberto o debate sobre estes documentos. Não havendo inscrições passamos à votação.

Votaremos, em primeiro lugar, a proposta de revisão do Plano para 1985.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de revisão façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de revisão do Plano foi aprovada por maioria, com 19 votos do PSD, 9 do PS e 2 do CDS a favor, e com 2 abstenções do PS e 1 do PCP.

Presidente: Ponho agora à votação a proposta de alteração do Orçamento da Região para 1985.

Os Srs. Deputados que concordam façam o

favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração do Orçamento para 1985 foi aprovada por maioria, com 19 votos do PSD, 9 do PS e 2 do CDS a favor, e com 2 abstenções do PS e 1 do PCP.

Presidente: Srs. Deputados, passamos agora ao 3º ponto da Ordem do Dia. Trata-se de um pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional que altera o nº 2 do artigo 2º do Decreto Legislativo Regional nº 12/84/A.

Neste debate apenas pode intervir um dos requerentes - um dos Membros do Governo Regional - e um representante de cada partido por um período não superior a 15 minutos cada um,

Assim sendo, a Mesa recebe inscrições. Se não há inscrições, vamos passar à votação do pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à discussão e votação desta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Administração Pública para fazer a apresentação desta proposta.

Secretário Regional da Administração Pública (António Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Apenas para uma breve apresentação.

Esta alteração que se propõe é uma alteração muito simples e resulta do facto do Decreto Legislativo Regional nº 12/84/A, que aplicou à Região a Lei nº 4/83, de 2 de Abril, sobre o controle de riqueza dos titulares de cargos públicos, no nº 2 do seu artigo 2º., para além da faculdade desses titulares de cargos públicos poderem enviar as suas declarações directamente ao Tribunal Constitucional, estabelecia a possibilidade também de as declarações terem que ser entregues pessoalmente, contra-recibo, no gabinete de várias entidades - Presidente da Assembleia Regional consoante fosse em casos de deputados regionais; Presidente do Governo Regional se fossem membros do Governo, e Secretário Regional da Administração Pública dos titulares dos restantes órgãos.

Esta exigência de entrega pessoal, no gabinete destas entidades, obrigava a deslocações que efectivamente são desnecessárias, e não se encontra adequada e aferida à nossa realidade geográfica.

A alteração que se propõe é no sentido

de que essas declarações poderão ser entregues nos gabinetes dessas entidades, escolhendo os titulares dos cargos públicos a forma mais conveniente para proceder a essa entrega.

Muito obrigado.

Presidente: Está aberto um período para pedidos de esclarecimento. Não havendo pedidos de esclarecimento, estão abertas as inscrições para a discussão deste assunto na generalidade e na especialidade porque, no fundo, é um artigo único.

O Sr. Secretário vai fazer o favor de ler a proposta inicial e uma proposta de alteração apresentada pelo Partido Social Democrata.

Secretário: Artigo único:

"O nº 2, do artigo 2º do Decreto Legislativo Regional nº 12/84/A, de 20 de Fevereiro, passa a ter a seguinte redacção:

2. As declarações poderão ser entregues pessoalmente, por procurador ou pelo correio, sob registo e com aviso de recepção, nos gabinetes das entidades mencionadas no número anterior que as remeterão ao Tribunal Constitucional."

A proposta apresentada pelo Partido Social Democrata, é do seguinte teor:

"Artigo único

2. As declarações serão entregues, contra-recibo, no gabinete das entidades mencionadas no número anterior, que as remeterão ao Tribunal Constitucional."

Presidente: Sobre estas duas propostas de redacção está aberta a discussão. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu desejaria perguntar ao Grupo Parlamentar do PSD, que entregou na Mesa uma proposta de alteração em relação ao texto inicial provindo do Governo, qual é efectivamente o alcance da sua proposta de alteração, na medida em que a regra geral estabelecida para entrega de qualquer documento a qualquer entidade, sobretudo quando vai pelo correio, é um registo e aviso de recepção, precisamente para que a entidade que entrega tenha uma prova de que, efectivamente, foi recebido na entidade destinatária, porque pode, eventualmente, verificar-se o extravio (que não é inédito) através dos correios e, portanto, a pessoa não tem um documento que prove que realmente cumpriu o dever que a lei lhe impõe.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa para responder a este pedido de esclarecimento.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O sentido da proposta de alteração apresentada na Mesa é o seguinte:

Uma vez que das declarações tem que ser passado recibo, excusar-se-ia de impôr na lei uma questão meramente processual, de ter que se enviar pelo correio sob registo e aviso de recepção.

Isto acaba por ser um mero controle do remetente que, em qualquer circunstância, quer seja enviada sob registo com aviso de recepção, ou sem registo e sem aviso de recepção, numa das vias dessa declaração terá que ser sempre aposto carimbo e assinatura de recibo pela entidade competente.

Portanto, não vemos necessidade de incluir neste preceito esta situação. De qualquer forma penso que isto pura e simplesmente simplifica, e ficará ao alvedrio de cada remetente o utilizar ou não a via do registo e do aviso de recepção.

Presidente: Continua aberta a discussão sobre este assunto. Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É óbvio que o Sr. Deputado Madruga da Costa não deixa de ter razão quando diz que essa preocupação deve estar subjacente à pessoa que envia a respectiva declaração.

Bom, isso não me leva portanto a recusar a proposta de alteração, mas confesso que votaria muito melhor a proposta inicial do Governo porque é uma medida preventiva, até para evitar que determinadas pessoas, por não se prevenirem, ou por não se lembrarem e que, por qualquer motivo, o envelope via do correio se extravie, fiquem sem a possibilidade de poder comprovar.

Portanto, eu vejo as duas perspectivas, mas julgo que se, de facto, se salvaguardasse aqui "sob registo e com aviso de recepção", embora seja uma obrigatoriedade, mas é uma obrigatoriedade que penso que pretende precisamente defender, digamos assim, e salvaguardar o comprovante de que foi cumprido um preceito legal. Também julgo que não dá assim tanto trabalho aos titulares dos órgãos políticos a preencherem dois impressos, ou seja, um de registo e outro de aviso de recepção, e ficarão, à posteriori, perante qualquer eventualidade de extravio pelo correio, com o comprovante de que cumpriram a sua obrigação.

Presidente: Continua aberta a discussão. Não havendo mais intervenções vamos passar à votação.

Votaremos, em primeiro lugar, a proposta de alteração de redacção apresentada pelo Partido Social Democrata.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta de redacção, apresentada pelo Partido Social Democrata, façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: A proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos ao último ponto, que é uma Proposta de Resolução da Mesa da Assembleia Regional, do seguinte teor:

"A Mesa da Assembleia Regional dos Açores, propõe, nos termos do artigo 30º, nº 1 do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, que a Assembleia declare findo o período legislativo de Novembro".

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: A proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, terminámos os nossos trabalhos.

Bom Natal e... até para o ano!
(Eram 14,45 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão: PSD - João Vasco Paiva; PS - Carlos César, Conceição Bettencourt, Hélio Pombo).

(Deputados que faltaram à Sessão: PSD - António Silveira, Borges de Carvalho, Helder Cunha, João Bernardo Rodrigues, José Leovigildo, Manuel Avila, Manuel Valadão).

DOCUMENTOS QUE ENTRARAM DURANTE A SESSÃO

Parecer da Comissão para os Assuntos Económicos e Financeiros sobre as Propostas de Resolução que visam alterar o Orçamento e Plano da Região para 1985.

A Comissão para os Assuntos Económicos e Financeiros, reunida no dia 27 de Novembro numa das salas da Assembleia Regional dos Açores, para apreciar as Propostas de Resolução que visam alterar os Anexos I e II do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 1985, assim como o Plano para o mesmo ano, emite por unanimidade o seguinte parecer:

1. O Governo Regional dos Açores ao abrigo do nº 1 do artigo 1º do Decreto Regional nº 3/78/A, de 18 de Janeiro, apresentou à Assembleia Regional as Propostas de Resolução em apreço.

2. Nos termos da alínea g), do artigo 26º do Estatuto Político-Administrativo compete à Assembleia Regional aprovar o Orçamento Regional discriminado por tipo de receitas e por dotações globais correspondentes às despesas de funcionamento e ao conjunto de programas de investimento de cada Secretaria Regional.

Compete igualmente à Assembleia aprovar o Plano Anual e a Médio Prazo.

3. Não obstante a revisão orçamental não atingir o limite de 20% do valor total das receitas orçamentais, a Comissão não pode autorizar

esta revisão, não só em virtude do Plenário da Assembleia Regional se encontrar em reunião, como também pelo facto da presente revisão introduzir algumas alterações nos programas do Plano para 1985.

4. Trata-se assim de uma revisão que produz efeitos não só a nível do orçamento corrente, como também a nível do de capital e consequentemente a nível do Plano.

5. Verifica-se assim que a nível do orçamento corrente há um reforço das receitas de 552.000 contos. Sendo 510.000 contos de impostos directos e 42.000 contos de impostos indirectos.

6. O montante a arrecadar, superior ao inicialmente previsto, destina-se a fazer face a aumentos de despesas verificadas no decurso deste ano e especialmente:

DREPA

2 mil contos - Aquisição de bens e Serviços

Secretaria Regional da Administração Pública

27 mil contos - Encargos adicionais ADSE

3,4 mil contos - Aquisição de Bens e Serviços

2,5 mil contos - Cooperativa de Consumo dos Funcionários Públicos

Secretaria Regional da Educação e Cultura

56 mil contos - Pessoal de Ensino

3 mil contos - Aquisição de Bens e Serviços

11 mil contos - Transferências para o FRASE e FRAC

5 mil contos - Bens de Investimento

Secretaria Regional dos Assuntos Sociais

441 mil contos - Pessoal de Saúde e custos de diagnóstico e medicação

7. A nível do orçamento de capital há um reforço das receitas de 1.281.000 conto provenientes dos saldos apurados nas gerências anteriores do Gabinete do Fundo de Desemprego.

Parece-nos salutar aplicar em despesas de Investimentos os saldos de gerência daquele Gabinete, que de outro modo estariam sem qualquer aplicação produtiva.

Por outro lado a inclusão deste saldo, vem trazer um certo rigor orçamental que de resto esta Assembleia Regional tem vindo a pronunciar-se quer nos relatórios da Comissão quer no próprio Plenário.

8. A aplicação destas receitas, assim como as razões da alteração das despesas encontram-se claramente explicadas e sintetizadas a nível de programas e de entidades executoras.

9. A nível das despesas do plano as alterações atingem o montante de 1.276 mil contos, a que acresce a verba de 554 mil contos destinados à reconstrução por afectação de transferência do saldo no valor de 200 mil contos e de AID no valor de 354 mil contos, consignados igualmente àquela finalidade.

10. A presente revisão, encontra-se basicamente relacionada com a necessidade de satisfazer revisões de preços de empreitadas, revisões estas

que à partida são difíceis de determinar assim como acompanhar o ritmo da execução de algumas obras.

11. Salienta-se que mais de 60% das receitas serão aplicadas nos programas P 56 - Estradas Regionais e P 58 - Portos Comerciais e protecção da Orla Marítima.

12. Considerando que as alterações propostas, 4,5% a nível das receitas correntes e 8,6% a nível de capital, não põem em causa, os objectivos e os programas do Plano e Orçamento para 1985, aprovados pela Assembleia Regional dos Açores;

Considerando que as presentes alterações visam dar resposta financeira e material ao conjunto das entidades intervenientes na execução das diversas obras e programas de acção;

Mais considerando que parte do montante revisto se destina a fazer face a pagamentos de encargos com o Pessoal de Saúde e do Ensino, os quais assumem natureza inadiável;

A Comissão para os Assuntos Económicos e Financeiros entende, por unanimidade, que as presentes propostas de resolução devem ser aprovadas pelo Plenário da Assembleia Regional dos Açores.

Horta, 27 de Novembro de 1985.

Assina: Jorge Cruz - **Presidente;** Carlos Teixeira - **Relator;** Manuel Serpa - **Secretário;** Martins de Freitas, José Carlos Simas, João Carlos Macedo, Alvarino Pinheiro.

Proposta de Decreto Legislativo Regional

O Decreto Legislativo Regional nº 12/84/A, de 20 de Fevereiro, aplicou na Região Autónoma dos Açores, a Lei nº 4/83, de 2 de Abril, que legislou sobre o controle público da riqueza dos titulares de cargos políticos.

No nº 2 do artigo 2º do referido Decreto Legislativo Regional estabelece-se que as declarações sobre o valor do património e rendimentos respeitantes a titulares de cargos políticos da Região tenham que ser entregues pessoalmente, consoante os casos, nos gabinetes dos Presidentes da Assembleia Regional, Presidente do Governo Regional, e Secretário Regional da Administração Pública.

Esta obrigação nos termos em que está imposta, obriga a deslocações e despesas que não se coadunam com a nossa dispersão geográfica e que, por ser excessiva, importa corrigir.

Assim, o Governo Regional, nos termos da alínea i), do artigo 44º do Estatuto, apresenta à Assembleia Regional a seguinte proposta de decreto legislativo regional:

Artigo Único

O nº 2, do artigo 2º do Decreto Legislativo Regional nº 12/84/A, de 20 de Fevereiro, passa

a ter a seguinte redacção:

"2. As declarações poderão ser entregues pessoalmente, por procurador ou pelo correio, sob registo e com aviso de recepção, nos gabinetes das entidades mencionadas no número anterior que as remeterão ao Tribunal Constitucional."

Horta, 27 de Novembro de 1985.

O Secretário Regional da Administração Pública: António Meneses.

A Redactora de 1ª Classe: Idília Maria da Costa Macedo Cardoso.